



portalbenews.com.br



INSIGHT Rodrigo Paiva analisa como o Arco Norte mudou a logística dos grãos
▶ **p3**



OPINIÃO Adilson Luiz Gonçalves defende PPPs com diálogo social e boa governança
▶ **p13**

Saulo Cruz

Portos e aeroportos vão receber quase R\$ 162 bi até 2030

Divulgação



Governo inclui repactuação de Viracopos em carteira com R\$ 1,5 bi

▶ **p5**

LEIA TAMBÉM

Franca destaca avanço do Tecon Santos 10 após 14 anos de discussões

▶ **p6**



Volume de investimentos previsto para os próximos quatro anos foi destacado pelo ministro Tomé Franca nessa quinta-feira, no encerramento do Brasil Export 2026

▶ **p14**

AEROPORTOS Aena assume administração do Aeroporto do Galeão até 2039
▶ **p15**

PORTOS Logtech de Santos lança IA para gestão de operações portuárias
▶ **p15**

ENERGIA Procurador sugere ao TCU solução consensual para a Enel São Paulo
▶ **p16**

EDITORIAL

A nova iniciativa da ApexBrasil

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) anunciou nessa quinta-feira, dia 8, no Fórum Nacional Brasil Export, a criação de um portfólio padronizado de oportunidades de investimento associadas à infraestrutura portuária brasileira, reunindo projetos dentro das poligonais portuárias, empreendimentos em complexos industriais, infraestrutura de acesso e áreas sob influência dos portos, incluindo zonas de processamento de exportações (ZPE). A iniciativa resolve um problema real: investidores estrangeiros que chegam ao Brasil para avaliar oportunidades logísticas enfrentam assimetria informacional que multiplica o custo de prospecção. Cada porto, cada autoridade portuária e cada ministério envolvido tem seu próprio formato de apresentação, seu próprio ponto de contato e sua própria versão do estágio de maturidade do projeto. Um portfólio padronizado, com uma página por oportunidade, ponto focal identificado, acesso a informações complementares e atualização conforme o projeto avança, é exatamente o instrumento que reduz essa assimetria e posiciona o Brasil de forma mais competitiva nas rodadas de investimento internacionais.

A ampliação do modelo de portfólio para a infraestrutura portuária e logística é coerente com o que a ApexBrasil já faz em minerais críticos e indústria naval, segmentos nos quais a agência mantém portfólios semelhantes. A lógica é a mesma: investidor que consegue comparar projetos em formato padronizado, com informação objetiva sobre localização, incentivos fiscais, disponibilidade de energia, acesso logístico e ponto de contato, chega à decisão de investimento mais rápido e com menos custo de transação. Carlos Padilla, head of Investments da ApexBrasil, identificou corretamente os critérios que o investidor estrangeiro avalia primeiro, como localização, incentivos, proximidade ao mercado, energia e infraestrutura, e o portfólio foi estruturado para responder a essas perguntas de forma direta. É o tipo de instrumento que reuniões ministeriais e missões comerciais produzem com mais eficácia quando têm material concreto para apresentar.

Deve-se destacar que o portfólio da ApexBrasil será julgado não pelo número de projetos que listar, mas pela qualidade dos empreendimentos selecionados e, principalmente, pela honestidade com que descrever o estágio real de maturidade de cada um. A agência precisará de critérios rigorosos para decidir quais projetos entram no portfólio e em qual categoria. A distinção entre uma oportunidade dentro de uma poligonal portuária com edital publicado e data de leilão confirmada, como o canal de Itajaí com leilão em novembro, e um projeto em fase de estudos sem modelo de outorga definido é o que determinará se o investidor estrangeiro voltará ao Brasil ou concluirá que o País é bom em anunciar e lento em executar. O portfólio precisa fazer essa diferenciação de forma explícita, com indicação do estágio de cada projeto e do que precisa acontecer antes que o investimento seja possível, para ser instrumento de atração real e não vitrine de intenções.

O portfólio portuário anunciado pela ApexBrasil é um instrumento estratégico para a atração de investimentos. Que ele seja lançado com projetos selecionados por critérios de maturidade reais, atualizado com frequência que reflita o avanço efetivo dos processos e distribuído nas rodadas de investimento internacionais com a mesma seriedade com que a ApexBrasil distribui seus portfólios de minerais críticos. O Brasil tem portos, terminais, ZPEs e corredores logísticos que merecem estar no mapa do investidor global. A ferramenta existe. O conteúdo que ela carregará determinará se funciona.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
4 Portos e aeroportos têm quase R\$ 162 bi em projetos até 2030

- EDITORIAL
- 2 A nova iniciativa da ApexBrasil
- INSIGHT
- 3 “O caminho das águas!”, por Rodrigo Paiva
- BRASIL EXPORT
- 5 Governo inclui repactuação de Viracopos em carteira até 2030 com R\$ 1,5 bi
- 6 Franca destaca avanço do Tecon Santos 10 após 14 anos de discussões
- 7 Mucio defende projetos de longo prazo para infraestrutura e defesa Cultura movimenta R\$ 25 bi e sustenta 228 mil empregos no Brasil, diz ministra
- 8 ApexBrasil cria portfólio para atrair investimento estrangeiro em hubs portuários
- 9 Falta de infraestrutura limita crescimento dos portos e chegada de navios maiores
- 10 Expansão dos biocombustíveis exige planejamento integrado de logística
- 11 Mineração busca superar entraves para ampliar participação na economia
- 12 Bancos defendem combinação de recursos para financiar infraestrutura
- BRASIL EXPORT | OPINIÃO
- 13 “Uma discussão relevante”, por Adilson Luiz Gonçalves
- TRANSPORTES | AEROPORTOS
- 15 Aena assume administração do Aeroporto do Galeão até 2039
- TRANSPORTES \ PORTOS
- 15 Logtech de Santos lança IA para gestão de operações portuárias
- ENERGIA
- 16 Procurador sugere ao TCU solução consensual para a Enel São Paulo
- PETRÓLEO E GÁS
- 16 Petróleo Brent sobe mais de 4% com escalada de ataques no Oriente Médio
- HUB
- 17 Vaza lista com nomes para o ministério de Flávio Bolsonaro
- POLÍTICA
- 17 Datafolha aponta empate no limite da margem de erro
- 18 Flávio recebe apoio de Cury sob condição de pacificação nacional
- 19 Flávio cortará programas sociais, diz Lula em novo formato de vídeo
- 20 Ex-ministro de FHC vê ‘caminho do precipício’ com Flávio eleito Propaganda eleitoral está de volta
- FINANÇAS
- 21 Ibovespa reage e volta aos 206 mil pontos com alta do petróleo Dólar tem leve alta e vai a R\$ 5,02
- JUSTIÇA
- 22 Moraes determina emissão de mandado de prisão contra Eduardo
- 23 Zanin nega recurso de Eduardo Paes e Ruas deve ser eleito TSE adia julgamento sobre Deltan
- INTERNACIONAL
- 24 Esposa de Nicolás Maduro pede prisão domiciliar, mas juiz nega Negociação entre EUA e Irã avança



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





RODRIGO PAIVA
Diretor da consultoria Graf Infra Consulting
e professor do MBA de Gestão Portuária
da Fundação Getúlio Vargas.
opinioao@portalbenews.com.br

▶ PLANEJAMENTO

O caminho das águas!

H

 á vinte anos, praticamente toda a soja e o milho brasileiros destinados à exportação saíam por poucos portos do Sul e do Sudeste. Na última década, essa dinâmica se alterou. Os portos do Arco Norte já respondem por quase metade da movimentação de soja e milho do País, ante menos de um quinto quinze anos atrás. Os dados oficiais de movimentação portuária são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Da margem à quase-paridade

Em 2010, os portos do Arco Norte (Itaqui, Macapá, Manaus/Itacoatiara, Porto Velho, Santarém e Vila do Conde) respondiam por 19,6% da movimentação de soja e milho entre esses terminais e os do Sul/Sudeste e Nordeste, cerca de 9,5 milhões de toneladas. Em 2025, essa participação chegou a 46,7%, com 86,2 milhões de toneladas movimentadas, enquanto o Sul/Sudeste caiu de 76,9% para 50,7% no mesmo período.

A taxa de crescimento anual composta (CAGR) do Arco Norte entre 2010 e 2025 foi de 15,8%, mais do que o dobro da taxa do Sul/Sudeste, 6,3% ao ano, no mesmo período, o ritmo que explica como a distância encolheu tão rapidamente.

Grupo de Portos	Participação 2010	Participação 2025	CAGR 2010-2025
Arco Norte	19,60%	46,70%	15,8% a.a.
Sul / Sudeste	76,90%	50,70%	6,3% a.a.
Nordeste	3,50%	2,60%	7,0% a.a.

Onde o crescimento aconteceu, terminal a terminal

Olhado porto a porto, o mapa de movimentação de 2025 mostra onde o volume se concentra hoje: ao longo dos rios Tapajós e Madeira, na Amazônia, e no Maranhão despontam os maiores terminais do Arco Norte, com destaque para Vila do Conde/Barcarena, que já movimenta mais soja e milho do que Paranaguá. Mas é a taxa de crescimento entre 2010 e 2025, olhada terminal a terminal, que revela a origem desse avanço. Santarém cresceu 20,3% ao ano, a maior taxa entre os grandes terminais do País, saindo de 820 mil para 13,2 milhões de toneladas. Itaqui cresceu 15,9% ao ano, de 2,1 milhões para 18,8 milhões, e Manaus/Itacoatiara, 10,8% ao ano, para 16,9 milhões. Vila do Conde e os terminais de Barcarena, no Pará, nem entram nessa conta de taxa: simplesmente não movimentavam soja ou milho em 2010 e hoje somam 27,6 milhões de toneladas, terminais que nasceram dentro da janela analisada.



No mapa, o tamanho e a cor de cada círculo representam o volume efetivamente movimentado em 2025, não a taxa de crescimento. Por esse critério, Santos segue disparado como o maior terminal do país em soja e milho, com 50 milhões de toneladas, mais que o dobro do maior

terminal do Arco Norte isoladamente. As duas leituras contam histórias complementares: em ritmo de crescimento, o avanço é nitidamente amazônico; em volume absoluto, Santos e o eixo Sul/Sudeste ainda pesam mais, simplesmente porque partiram de uma base muito maior.

Em termos de origem e destino das cargas, pode-se observar que o Arco Norte concentra cargas do Norte, Nordeste e Noroeste Mato-Grossenses, Maranhão, Pará, Tocantis e Rondônia, ao passo que os portos do Sul/Sudeste atraem cargas do Sudeste Mato-Grossense, Triângulo Mineiro, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sul e Sudeste não encolheram, só cresceram mais devagar

É importante não ler esses números como declínio dos portos tradicionais. Santos, sozinho, saiu de 13,8 milhões de toneladas movimentadas em 2010 para 50 milhões em 2025, quase quadruplicando o volume. Paranaguá cresceu de 7,4 milhões para 19,8 milhões, um ritmo de 6,8% ao ano. Rio Grande, no Rio Grande do Sul, cresceu a apenas 1,7% ao ano, e até recuou frente ao pico de 14,6 milhões de toneladas alcançado em 2018, fechando 2025 em 9,5 milhões. Em termos absolutos, o Sul e o Sudeste ainda movimentam mais soja e milho do que o Arco Norte, e continuam sendo o destino natural da produção de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além de parte relevante de Mato Grosso do Sul e Goiás.

O que mudou não foi o tamanho da fatia do Sul e do Sudeste em valor absoluto, que também cresceu, mas a fatia relativa de um bolo que quase quadruplicou de tamanho no período: de 48,6 milhões de toneladas em 2010 para 184,4 milhões em 2025, somando os três grandes grupos de portos. O Arco Norte cresceu rápido o bastante para capturar a maior parte desse crescimento incremental e reduzir a distância para o grupo líder a poucos pontos percentuais, mesmo sem conseguir, até agora, assumir a ponta.

Os gargalos que podem travar o avanço

O crescimento do Arco Norte não é livre de atrito, e a literatura técnica recente é bastante clara sobre isso. A BR-163, principal rodovia de escoamento da soja e do milho até os terminais do Arco Norte, ainda não recebeu os acessos portuários prometidos em contrato de concessão, e já registrou filas de caminhões de até 40 quilômetros em períodos de pico de safra. Em fevereiro de 2026, um revés regulatório, a revogação do decreto que organizava as concessões de trechos das hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, criou incerteza sobre investimentos futuros na malha fluvial que sustenta o escoamento. A Ferrogrão, ferrovia projetada para ligar Sinop, em Mato Grosso, ao Arco Norte, com capacidade estimada de 69 milhões de toneladas por ano, segue sem definição. Secas recentes, como as de 2023 e 2024, já afetaram o calado dos rios da região e encareceram o frete fluvial.

Ainda assim, a direção do movimento parece consolidada. Em quinze anos, o Arco Norte passou de coadjuvante a quase par do Sul e do Sudeste na movimentação de soja e milho, chegando a pouco mais de um ponto percentual de distância em 2022. Estudos do setor estimam que a conclusão dos acessos rodoviários e das obras hidroviárias pendentes pode reduzir o custo do frete em até 15% para quem escoar pelo Arco Norte, o que tornaria a rota ainda mais competitiva, e a disputa pela liderança, cada vez mais aberta.

O ARCO NORTE CRESCEU RÁPIDO O BASTANTE PARA CAPTURAR A MAIOR PARTE DESSE CRESCIMENTO INCREMENTAL (NAS EXPORTAÇÕES DE SOJA E MILHO) E REDUZIR A DISTÂNCIA PARA O GRUPO LÍDER A POUCOS PONTOS PERCENTUAIS, MESMO SEM CONSEGUIR, ATÉ AGORA, ASSUMIR A PONTA

BRASIL EXPORT

Portos e aeroportos têm quase R\$ 162 bi em projetos até 2030

Carteira apresentada pelo ministro Tomé Franca no encerramento do Fórum Nacional Brasil Export reúne investimentos públicos e privados, concessões e financiamentos

Saulo Cruz

Da Redação
redação@redebnews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentou nesta quinta-feira (8) uma carteira de aproximadamente R\$ 162 bilhões em projetos de infraestrutura portuária, aeroportuária, hidroviária e naval para o período de 2027 a 2030. O planejamento foi detalhado pelo ministro Tomé Franca durante o encerramento do Fórum Nacional Brasil Export, realizado pelo Grupo Brasil Export, em Brasília (DF). O montante reúne investimentos públicos e privados previstos, além de R\$ 95 bilhões em projetos para financiamento pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A carteira portuária contempla R\$ 55,85 bilhões, dos quais R\$ 33,1 bilhões correspondem a 70 empreendimentos privados, R\$ 20,6 bilhões a 34 leilões e R\$ 2,15 bilhões a obras públicas. Na aviação, estão previstos R\$ 2 bilhões para 59 aeroportos regionais e R\$ 1,5 bilhão para a repactuação de Viracopos, em Campinas (SP). A programação inclui R\$ 7,6 bilhões em obras hidroviárias. Já os R\$ 95 bilhões do FMM estão divididos entre o setor naval, com R\$ 60 bilhões, e a infraestrutura portuária, com R\$ 35 bilhões.

Ao apresentar o planejamento, Franca destacou que o ministério pretende deixar projetos estruturados para execução nos próximos anos. "Nós entregamos muito do que foi feito antes da nossa gestão, mas estamos deixando muito para ser entregue a partir de 2027",



Durante a apresentação, Tomé Franca anunciou uma carteira de 70 empreendimentos portuários privados, com investimentos estimados em R\$ 33,1 bilhões para 2027 a 2030

afirmou.

O ministro também ressaltou a importância da participação privada. "Não é mais possível prover a infraestrutura brasileira sem o diálogo com o setor privado, através das concessões, através dos arrendamentos, através dos terminais de uso privado", declarou.

Leilões portuários

A carteira de 34 leilões inclui o Tecon Santos 10, no Porto de Santos (SP), com R\$ 6,45 bilhões previstos; o SSB01, no Porto de São Sebastião (SP), com R\$ 3,84 bilhões; e o ITJ01, no Porto de Itajaí (SC), com R\$ 2,66 bilhões. Também estão previstos o VDC10, no Porto de Vila do Conde (PA), com R\$ 1,93 bilhão, e o IQI15, no Porto do Itaqui (MA), com R\$ 1,22 bilhão.

Segundo Franca, alguns projetos já se encontram em

estágio avançado de preparação. "Já temos 34 projetos sendo modelados pela Secretaria Nacional de Portos para que, no início do próximo ciclo, alguns deles seja só apertar o botão para marcar o leilão", disse.

Na área de autorizações portuárias, o governo projeta R\$ 33,1 bilhões em 70 empreendimentos. O Sudeste concentra R\$ 14,64 bilhões, seguido pelo Sul, com R\$ 7,33 bilhões; Norte, com R\$ 6,78 bilhões; e Nordeste, com R\$ 4,30 bilhões. Os projetos abrangem terminais de uso privado, estações de transbordo de cargas e instalações portuárias de turismo.

Obras públicas

A carteira de obras portuárias soma R\$ 2,15 bilhões, distribuídos por mais de 18 intervenções. Entre elas estão a conclusão do Moegão,

no Porto de Paranaguá (PR), e das avenidas perimetrais das duas margens do Porto de Santos. Também estão previstas dragagens em Santos, Cabedelo (PB), Itaguaí (RJ) e Ilhéus (BA), além de intervenções no Cais da Gamboa (RJ) e no Terminal Petroquímico de Miramar (PA).

Franca defendeu o planejamento para orientar a aplicação dos recursos. Segundo ele, o monitoramento da saturação portuária permitirá relacionar a capacidade dos terminais às projeções de demanda. "É um instrumento que vai dar mais transparência para as decisões administrativas realizadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos", afirmou.

Aeroportos e hidrovias

Na aviação civil, o planejamento abrange 59 aero-

portos regionais, com R\$ 2 bilhões destinados a obras, estudos e projetos. O ministério também incluiu a repactuação de Viracopos na carteira de concessões, com investimentos estimados em R\$ 1,5 bilhão.

Outra iniciativa é a continuidade do programa AmpliAR, que busca atrair investimentos para aeroportos regionais por meio da incorporação desses terminais a contratos de maior porte. Mais de 70 aeroportos estão em estudo para futuras etapas.

No setor hidroviário, os R\$ 7,6 bilhões previstos contemplam dragagens, retirada de rochas dos canais de navegação, recuperação de instalações portuárias, modernização de eclusas e novos terminais. Entre os projetos está a ampliação do Terminal Hidroviário de Manaus, com investimentos próximos de R\$ 1 bilhão.

Fundo da Marinha Mercante

A maior parcela da carteira corresponde aos R\$ 95 bilhões em projetos previstos para priorização pelo FMM entre 2027 e 2030. Desse total, R\$ 60 bilhões são destinados a projetos navais, incluindo construção, manutenção e modernização de embarcações, enquanto R\$ 35 bilhões contemplam infraestrutura portuária.

Franca afirmou que o governo trabalha para ampliar o acesso aos financiamentos, com mudanças nas regras do fundo e a criação de um mecanismo garantidor para facilitar a contratação de projetos aprovados, inclusive por empresas com receitas em reais.

O volume previsto pelo FMM corresponde a projetos passíveis de financiamento, não a recursos integralmente contratados.

Governo inclui repactuação de Viracopos em carteira até 2030 com R\$ 1,5 bi

Ministro Tomé Franca afirma que negociações buscam solucionar pendências contratuais; planejamento prevê novas obrigações e incorporação de aeroportos regionais

Da Redação
redação@redenenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) incluiu a repactuação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), na carteira de concessões aeroportuárias para o período de 2027 a 2030. A atualização das obrigações contratuais e a integração de aeroportos regionais deverão resultar em R\$ 1,5 bilhão em investimentos previstos. A informação foi apresentada nesta quinta-feira (8) pelo ministro Tomé Franca, durante o encerramento do Fórum Nacional Brasil Export, realizado pelo Grupo Brasil Export, em Brasília (DF).

A concessão de Viracopos começou em 2012, com prazo de 30 anos, e enfrenta negociações sobre seu futuro desde o início desta década. Inicialmente, as tratativas envolveram a relicitação do terminal. Posteriormente, passaram a buscar uma solução negociada que permita a continuidade do contrato, mediante revisão de suas condições.

Durante a apresentação, Franca destacou que o governo vem trabalhando para solucionar pendências das primeiras rodadas de concessões aeroportuárias. Ele mencionou acordos envolvendo os aeroportos de Guarulhos (SP), Galeão (RJ) e Brasília (DF).

“Fizemos o acordo com o aeroporto de Guarulhos, fizemos o acordo com o ae-

roporto do Galeão, fizemos o acordo com Brasília e estamos trabalhando para a conclusão do aeroporto de Viracopos”, afirmou.

O ministro atribuiu parte dos avanços à atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). Segundo ele, a negociação institucional permite solucionar litígios e criar condições para novos investimentos.

Franca destacou que esse ambiente de diálogo proporciona a possibilidade de “destravar investimentos” e “colocar esses ativos novamente para um teste de mercado”.

A apresentação não estabeleceu uma data para a conclusão da repactuação de Viracopos. O investimento de R\$ 1,5 bilhão permanece vinculado à concretização do acordo e às novas

condições contratuais.

Aviação regional

A possível integração de aeroportos regionais à concessão de Viracopos acompanha a estratégia do MPor de ampliar a participação privada na infraestrutura aeroportuária do interior do país.

O principal instrumento dessa política é o programa AmpliAR, que permite incorporar aeroportos de menor movimentação a concessões maiores, utilizando mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro para remunerar os investimentos.

Franca explicou que a iniciativa foi concebida para enfrentar um problema histórico da aviação regional. “Buscamos fazer com que esse desenvolvimento dos grandes aeroportos, das grandes cidades, das grandes metrópoles brasileiras, pudesse também chegar a aeroportos regionais”, decla-

rou.

Segundo a apresentação do ministério, mais de 70 aeroportos estão em estudo para futuras incorporações ao programa.

Na primeira etapa do AmpliAR, foram arrematados 13 terminais regionais, com previsão de R\$ 731 milhões em investimentos. A segunda etapa está marcada para 17 de dezembro e prevê a inclusão de mais dez aeroportos regionais no processo relacionado ao Aeroporto de Brasília, com investimentos estimados em R\$ 857 milhões.

O ministro destacou que os aeroportos contemplados estão incluídos no Plano Aeroviário Nacional, atualizado em 2024, e são considerados estratégicos para a expansão da conectividade aérea brasileira.

Recursos para o setor

Além das concessões, o pla-

nejamento do ministério prevê ampliar as fontes de financiamento da aviação civil. Entre as medidas está uma linha adicional de crédito de R\$ 7,1 bilhões por meio do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), voltada ao desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e do transporte aéreo.

O programa também contempla a possibilidade de financiar a aquisição e manutenção de aeronaves, a compra de combustível sustentável de aviação e o capital de giro das companhias aéreas em períodos de crise.

Segundo Franca, o objetivo é preparar a infraestrutura e as empresas para o crescimento da demanda. O ministério projeta que a movimentação aérea brasileira alcance aproximadamente 134 milhões de passageiros em 2026, estabelecendo um novo recorde anual.

Divulgação



Concedido à iniciativa privada em 2012, Viracopos passa por negociações para reaver o contrato e viabilizar R\$ 1,5 bilhão em investimentos previstos para os próximos anos

BRASIL EXPORT

Franca destaca avanço do Tecon Santos 10 após 14 anos de discussões

Em entrevista exclusiva ao BE News, ministro afirmou que projeto passou por etapas importantes de avaliação e ganhou impulso nos últimos anos

DIANA DO VALE
redacao.jornal@redebenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou o avanço do projeto do Tecon Santos 10, novo terminal de contêineres previsto para o Por-

to de Santos (SP), durante entrevista ao BE News nesta quinta-feira (8), no encerramento do Fórum Nacional Brasil Export, em Brasília (DF). Segundo ele, o empreendimento, discutido há cerca de 14 anos, passou por diferentes etapas de análise e ganhou impulso durante a atual gestão federal.

“Tecon Santos 10 é um projeto que vem em cons-

trução há 14 anos. Então, nós demos tração a essa discussão. Esse projeto já passou por audiência pública, por discussão na agência reguladora e por discussão no Tribunal de Contas. Portanto, ele avançou muito nesse governo. É a retomada de um grande projeto de contêineres e não estava fora do radar”, afirmou o ministro.

O empreendimento in-

tegra a carteira de projetos apresentada pelo Ministério de Portos e Aeroportos para o período de 2027 a 2030. A proposta prevê a implantação de um novo terminal de contêineres no maior complexo portuário brasileiro.

Franca explicou que o planejamento apresentado durante o fórum foi preparado para orientar a próxima gestão e evitar a interrupção dos investimentos em infraestrutura. Segundo ele, a intenção é deixar projetos estruturados para subsidiar as decisões a partir de 2027.

Reconhecimento

O presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, também comentou a apresentação e destacou a escolha do Fórum Nacional Brasil Export para o pronunciamento do ministro.

“O ministro Tomé nos deu notícias muito importantes. Ele fez uma prestação de contas do governo dele e da postura que o ministério teve. E ele esco-

lheu o Brasil Export como local para fazer esse pronunciamento. Falando pela Confederação Nacional do Transporte, cumprimento tanto o Brasil Export como o próprio Ministério de Portos e Aeroportos pela grandeza e pelo que aconteceu hoje aqui”, afirmou.

A apresentação de Tomé Franca marcou o encerramento dos três dias de programação do Fórum Nacional Brasil Export 2026, realizado entre 6 e 8 de outubro, em Brasília.

O evento reuniu representantes dos setores público e privado para discutir os desafios e as perspectivas da infraestrutura e da logística brasileiras. Entre os temas abordados estiveram o financiamento de projetos, a modernização portuária, as concessões de transportes, a segurança jurídica, a inovação tecnológica e o comércio exterior.

A programação, transmitida ao vivo, também contou com sessões de autógrafos, atividades no Espaço Expo e pronunciamentos de autoridades.

Divulgação



O Tecon Santos 10 integra a carteira de 34 leilões portuários prevista para 2027 a 2030, com investimento estimado em R\$ 6,45 bilhões para o novo terminal de contêineres

Homenagem

Logo após a apresentação do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, no encerramento do Fórum Nacional Brasil Export, o Grupo Brasil Export prestou uma homenagem ao titular da pasta em reconhecimento ao trabalho desenvolvido à frente do ministério. Franca recebeu uma placa que destacou os “valiosos serviços prestados à frente do Ministério de Portos e Aeroportos, liderando uma agenda de desenvolvimento da infraestrutura nacional de transportes”.

A homenagem foi entregue pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, e pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Academia Brasileira do Direito da Infraestrutura (ABDInfra) Breno Medeiros.



Saulo Cruz



Mucio defende projetos de longo prazo para infraestrutura e defesa

Ministro da Defesa afirma que País precisa superar a lógica eleitoral e ampliar investimentos para proteger seus recursos e sustentar o crescimento

Saulo Cruz

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redebenews.com.br



O ministro José Mucio questionou se a Marinha dispõe de navios suficientes para proteger o litoral brasileiro, especialmente diante do avanço da exploração na Margem Equatorial

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, defendeu nesta quinta-feira (8) a adoção de projetos de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil e criticou a lógica de planejamento limitada aos ciclos eleitorais de quatro anos. A declaração ocorreu durante o Fórum Nacional Brasil Export 2026, em Brasília (DF). Segundo Mucio, empresários e gestores públicos precisam trabalhar com horizontes de 20 a 30 anos, especialmente em setores como infraestrutura e de-

fesa. “Empresário é herói porque no Brasil não temos projeto de longo prazo. Os senhores só podem pensar em longo prazo. Nós vive-

mos cercados de projetos políticos”, afirmou. O ministro destacou que o Brasil possui recursos estratégicos, como petróleo,

gás, minerais, terras raras e água doce, mas enfrenta limitações para proteger seu território. Ele citou a necessidade de ampliar a capaci-

dade naval, especialmente diante da exploração de petróleo na Margem Equatorial. “Temos uma extensão enorme de litoral. Será que nós temos navios suficientes para nos defender?”, questionou. Mucio também criticou a polarização política e defendeu o respeito às opiniões divergentes. Segundo ele, as divisões dificultam o debate sobre o futuro do País. Ao encerrar, reforçou que investimentos em educação, infraestrutura e defesa precisam ultrapassar os mandatos presidenciais. “Não é só ganhar o poder. É ganhar o poder para quê? Não é só pensar na próxima eleição, é pensar na próxima geração ou nas próximas gerações”, concluiu.

Cultura movimentou R\$ 25 bi e sustenta 228 mil empregos no Brasil, diz ministra

Ministra da Cultura defende setor como indústria e destaca impacto econômico da Lei Rouanet

Saulo Cruz

VANESSA PIMENTEL
junior.batista@redebenews.com.br

Segundo o levantamento, cada R\$ 1 investido pela Lei Rouanet gerou retorno de R\$ 7,59 à economia e R\$ 1,39 em arrecadação tributária. Em 2024, foram R\$ 3 bilhões em renúncia fiscal para 4.939 projetos, que alcançaram 89,3 milhões de pessoas. “Estamos trazendo dados para que cada vez mais o setor cultural seja visto também com essa potência de geração de emprego e renda e transformação real”, afirmou Margareth. A pesquisa identificou 152,7 mil empregos diretos e 75,3 mil indiretos. Do im-



Margareth Menezes destacou que cada R\$ 1 investido pela Lei Rouanet gerou R\$ 7,59 em retorno à economia e R\$ 1,39 em arrecadação de tributos, segundo pesquisa da FGV

A cultura movimentou R\$ 25,7 bilhões na economia brasileira em 2024 e gerou ou manteve 228 mil empregos, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o impacto da Lei Rouanet. Os dados foram destacados pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, nesta quinta-feira (8), durante o Fórum Nacional Brasil Export 2026, em Brasília (DF).

veitar esse momento para incentivar também as empresas aqui presentes, para que busquem apoiar o setor cultural, patrocinar, olhar o setor cultural brasileiro”, disse. Margareth destacou a ampliação das políticas de fomento para todos os estados e informou que o ministério realiza um estudo para dimensionar o impacto econômico do audiovisual. A pesquisa da FGV foi encomendada pelo Ministério da Cultura em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

pacto econômico total, R\$ 12,6 bilhões foram gerados diretamente e R\$ 13,1 bilhões de forma indireta. A ministra também defendeu maior participação das empresas no financiamento cultural. “Quero apro-

BRASIL EXPORT

ApexBrasil cria portfólio para atrair investimento estrangeiro em hubs portuários

Iniciativa organiza projetos de portos, terminais, acessos e áreas industriais para facilitar a avaliação e a aproximação com investidores internacionais

Saulo Cruz

GEOVANNA BARBOSA
redacao.jornal@redebenews.com.br

A ApexBrasil prepara um novo portfólio de oportunidades para facilitar a atração de investimentos estrangeiros para hubs portuários brasileiros. A iniciativa foi apresentada nesta quinta-feira (8), durante o Fórum Nacional Brasil Export, em Brasília, e reunirá projetos de portos, terminais, infraestrutura logística e áreas industriais em um formato padronizado para ampliar a visibilidade das oportunidades no País.

Segundo Carlos Padilla, head of Investments da ApexBrasil, a localização é um dos primeiros fatores analisados por empresas estrangeiras interessadas em instalar operações no Brasil. “O investidor quer saber onde ele vai ter as melhores condições logística, de incentivos fiscais, de proximidade ao mercado consumidor, de disponibilidade de energia e de disponibilidade de infraestrutura”, afirmou.

A proposta considera os portos como pontos de concentração de novos empreendimentos industriais. Os projetos serão divididos em quatro grupos: oportunidades dentro da poligonal portuária; empreendimentos nos complexos industriais; infraestrutura de acesso, como rodovias,



Carlos Padilla destacou que investidores estrangeiros avaliam logística, incentivos fiscais, disponibilidade de energia e proximidade dos mercados antes de escolher onde investir

ferrovias e canais; e áreas sob influência dos portos, incluindo zonas de processamento de exportação (ZPEs) e atividades industriais.

Para Matheus Oliveira, Investment Promotion Officer da ApexBrasil, a

padronização das informações permitirá reduzir as dificuldades enfrentadas por investidores na busca por projetos no País. “Nosso trabalho é realmente reduzir a assimetria informacional que o potencial investidor

tem ao identificar e olhar as oportunidades no Brasil”, explicou.

Cada projeto terá uma apresentação objetiva, com informações sobre a oportunidade e a indicação de um ponto focal no Brasil para contato direto



Saulo Cruz

Oliveira explicou que cada projeto terá uma apresentação padronizada, com informações essenciais e indicação de um contato direto no Brasil para investidores estrangeiros

com o investidor. A previsão inicial é de uma página por projeto, com possibilidade de conteúdo complementar em inglês e acesso a informações adicionais por QR code.

A ApexBrasil pretende utilizar o portfólio em ações de promoção de investimentos no Brasil e no exterior, incluindo eventos, showcases, rodadas de negócios e iniciativas de matchmaking. As informações deverão ser atualizadas à medida que os projetos avancem.

“O objetivo é realmente permitir ao investidor ter uma compreensão unificada daquelas oportunidades que existem no país”, disse Oliveira.

A iniciativa integra o programa de logística da ApexBrasil, que já promove ações para apresentar o setor brasileiro ao mercado internacional. Neste ano, a agência participou da Intermodal e apoiou missões do Ministério dos Transportes à França e à China.

Além da divulgação dos projetos, a ApexBrasil poderá apoiar investidores interessados na organização de visitas técnicas, no mapeamento de alternativas de financiamento e incentivos e na interlocução com autoridades e órgãos públicos.

A agência já mantém portfólios semelhantes voltados a segmentos considerados estratégicos, como minerais críticos e indústria naval. A proposta agora é ampliar esse modelo para oportunidades associadas à infraestrutura logística e aos complexos portuários brasileiros.

Falta de infraestrutura limita crescimento dos portos e chegada de navios maiores

Representantes de armadores e terminais privados apontam deficiências nos acessos como entraves à expansão do setor

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A deficiência de infraestrutura portuária e dos acessos, principalmente terrestres e aquaviários, é um dos principais obstáculos para o crescimento da movimentação de cargas e a projeção para operação de navios de maior porte no Brasil. A avaliação é compartilhada por representantes de armadores e de terminais privados, que defendem investimentos em dragagem, ampliação de capacidade e modernização logística.

O tema foi debatido no último dia de programação do Fórum Brasil Export, nesta quinta-feira (8), em Brasília.

A projeção para ope-

ração de navios de maior porte foi levantado por Fábio Lavor, diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave). Segundo ele, dos 17 portos brasileiros que operam contêineres, apenas oito têm condições de receber navios de 366 metros de comprimento, mas nenhum consegue atendê-los com capacidade plena.

“Nós já estamos quatro gerações de navios atrasados. Isso nos impacta em torno de 14 a 15 anos de defasagem em termos de tecnologia de ponta. Então, nosso grande problema, nossa grande questão a ser debatida, o osso grande gargalo ainda é a infraestrutura”, afirmou.

Lavor citou a necessidade de aprofundamento dos canais de acesso e ampliação dos berços de atracação. Entre os exemplos estão Santos, com dificuldades para avançar na dragagem, e Itajaí, que

enfrenta restrições operacionais.

“Estamos prontos para fazer os investimentos. Temos a frota sempre renovada, com navios contratados e em construção, prontos para operar. Mas precisamos da infraestrutura. Precisamos de novos terminais privados, precisamos de novas infraestruturas para fazer frente à essa situação, e a partir disso a gente pode pensar em trazer navios maiores”, ressaltou.

A diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Gabriela Costa, reforçou que os investimentos realizados dentro dos terminais precisam ser acompanhados de melhorias nos acessos rodoviários, ferroviários e aquaviários.

“Se eu tenho uma Ferrari e só posso andar com ela numa estrada esburacada, sem acostamento e engarrafada, não adianta

eu ter essa Ferrari. Não vou conseguir me valer dela em seu pleno potencial. É isso que está acontecendo com os terminais privados.”, comparou.

Ao citar complexos de infraestrutura, como portos e terminais portuários como infraestrutura crítica, a executiva da ATP destacou que é necessário um olhar estratégico para atender a demanda e os impactos financeiros positivos que elas trazem.

“Esse não é um problema do governo. É um problema do País, porque o País não pensa suas infraestruturas de forma estratégica. Existe um movimento, sim, bem significativo de tentar fazer com que as coisas deem certo, mas o problema não é pontual somente do governo”, afirmou.

Dragagem

O CEO do Porto Itapoá, Ricardo Arten, também

defendeu soluções conjuntas entre iniciativa privada e poder público. Como exemplo, o executivo apresentou a dragagem da Baía da Babitonga, em Santa Catarina, viabilizada por um modelo de antecipação de receitas envolvendo o Porto Itapoá e o Porto de São Francisco do Sul.

“Não tem terminal no Brasil que possa operar navios de 366 metros na sua capacidade total. Mas até o primeiro trimestre do ano que vem, nós vamos ter autorização da dragagem que foi realizada para esses navios possam operar na sua capacidade total”, revelou.

O executivo ressaltou, entretanto, que o aumento da capacidade marítima precisa ser acompanhado por investimentos terrestres, especialmente na duplicação das rodovias SC-416 e SC-417, que conectam a região à BR-101.

“Tem que ser uma par-

Saulo Cruz



O painel do Fórum Brasil Export destacou que apenas oito dos 17 portos de contêineres do País recebem navios de 366 m, mas nenhum opera essas embarcações com carga plena

BRASIL EXPORT

Expansão dos biocombustíveis exige planejamento integrado de logística

Executivos defendem conexão entre novas plantas, ferrovias, terminais e armazenagem para evitar gargalos no crescimento do setor

Saulo Cruz

VANESSA PIMENTEL
junior.batista@redenenews.com.br



No painel os participantes debateram o corredor ferroviário Rondonópolis-Paulínia, que transporta derivados de petróleo em um sentido e etanol de milho no percurso de retorno

A expansão dos biocombustíveis no Brasil precisa ser acompanhada por um planejamento integrado da infraestrutura logística, com conexão entre novas plantas de produção, ferrovias, terminais e estruturas de armazenagem. A avaliação foi apresentada nesta quinta-feira (8), durante o Fórum Nacional Brasil Export 2026, em Brasília (DF). Representantes dos setores de energia e transportes defenderam que o crescimento da produção seja acompanhado de investimentos no escoamento e na distribuição dos combustíveis renováveis.

O CEO da VLI, Fabio Marchiori, afirmou que a localização das plantas de biocombustíveis deve ser planejada em conjunto com a expansão da malha ferroviária. Segundo ele, não basta considerar a distância entre a matéria-prima e a unidade produtora: também é necessário definir como o produto chegará ao mercado consumidor ou aos pontos de exportação.

“A produção do biocombustível tem que ser planejada sinergicamente com a construção das ferrovias”, afirmou. Para Marchiori, o modal oferece previsibilidade, competitividade e segurança no transporte de combustíveis, mas exige planejamento antecipado devido

ao longo prazo de implantação da infraestrutura.

Nesse cenário, a localização de novas unidades industriais precisa considerar não apenas o acesso às matérias-primas, mas também a disponibilidade de corredores de transporte e de terminais capazes de movimentar a produção. A ausência dessa integração pode elevar os custos logísticos e comprometer a competitividade dos empreendimentos.

O vice-presidente da Cosan, Guilherme Penin, destacou o potencial brasileiro para ampliar o uso de biocombustíveis no transporte. Segundo ele, o País pode avançar principalmente com veículos híbridos movidos a etanol e alternativas ao diesel na frota pesada, como o biometano.

Penin citou como exemplo o corredor ferroviário entre Rondonópolis (MT) e Paulínia (SP). Na operação, os trens le-

vam derivados de petróleo para Mato Grosso e retornam carregados com etanol de milho produzido na região. A utilização dos vagões nos dois sentidos reduz deslocamentos sem carga e aumenta a eficiência logística.

O aproveitamento do transporte de retorno permite diluir os custos da operação e melhorar a utilização da infraestrutura ferroviária existente. O modelo também demonstra como o crescimento da produção de biocombustíveis pode ser integrado às cadeias tradicionais de distribuição de combustíveis.

O diretor de Relações Institucionais da Copersucar, Henrique Araújo, também defendeu uma agenda integrada de energia, logística e comércio exterior. Ele citou o uso de dutos para o transporte de etanol e afirmou que o Brasil pode ampliar a utilização do biocombustível

no transporte marítimo.

Araújo mencionou ainda um abastecimento realizado no Porto de Santos (SP) com etanol em um navio da CMA CGM como demonstração do potencial dessa alternativa. Segundo ele, a integração entre Brasil e Estados Unidos, dois dos maiores produtores mundiais de etanol, pode favorecer a criação de corredores internacionais.

A expansão desse mercado também dependerá da adaptação das estruturas portuárias, incluindo instalações de armazenagem e abastecimento de embarcações. A disponibilidade de combustíveis renováveis nos portos é um dos fatores necessários para ampliar sua utilização na navegação internacional.

Regulação

A gerente de Relações Institucionais da Acelen,

Maira Krohling Peruzzo, destacou os desafios regulatórios para novos investimentos. A empresa prevê um investimento total de R\$ 1,5 bilhão em uma biorrefinaria baseada na macaúba, com produção integrada desde a matéria-prima até combustíveis renováveis.

O projeto prevê 144 mil hectares de plantio em Minas Gerais e na Bahia, além de unidades de esmagamento próximas às áreas produtoras. A instalação dessas estruturas busca aproximar o processamento da matéria-prima das áreas de cultivo, reduzindo a necessidade de transportar grandes volumes antes da etapa industrial.

Segundo Peruzzo, a expansão de novas matérias-primas depende de regras que deem segurança aos investimentos e reconheçam esses insumos na cadeia de biocombustíveis.

BRASIL EXPORT

Mineração busca superar entraves para ampliar participação na economia

Executivos do setor destacam potencial geológico do País, mas alertam para dificuldades no licenciamento e financiamento de novos projetos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

O setor de mineração brasileiro enfrenta desafios para transformar seu potencial geológico em novos investimentos e projetos produtivos. A necessidade de políticas públicas de longo prazo, maior previsibilidade no licenciamento ambiental e ampliação do conhecimento sobre a atividade mineral estão entre as principais preocupações de representantes de empresas e entidades do segmento.

O segmento da mineração e seus desafios foram debatidos durante um dos painéis técnicos no último dia de atividades do Fórum Brasil Export, nesta quinta-feira (8), em Brasília.

Para o diretor de Co-

municação e Projetos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Henrique Soares, uma das particularidades do setor é o longo período necessário para viabilizar empreendimentos. Segundo ele, o intervalo entre a descoberta de uma jazida, os estudos, o licenciamento e o início da operação de uma mina chega, em média, a 17 anos no Brasil.

“Todas as atividades podem mudar de lugar. A atividade de mineração é a única atividade econômica que tem uma rigidez locacional”, afirmou. Segundo Soares, essas características precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas, como ocorre em países de tradição mineral, a exemplo de Canadá, Austrália e Chile.

A rigidez locacional mencionada pelo representante do Ibram significa que a exploração mineral está condicionada à localização

das jazidas. Diferentemente de outras atividades industriais, uma mineradora não pode simplesmente transferir sua operação para outra região em busca de condições mais favoráveis. Essa particularidade ajuda a explicar a importância atribuída pelo setor ao planejamento de longo prazo.

O CEO da Galvani, Marcelo Silvestre, também destacou a dificuldade de desenvolver projetos diante dos elevados custos de financiamento e das incertezas regulatórias. Para ele, a discussão sobre minerais críticos, estratégicos e terras raras representa um avanço na construção de uma política nacional para o setor.

“Não é que tem que ser rápido. Não é que tem que ser de qualquer jeito. Nós queremos fazer o processo de licenciamento ambiental melhor possível, mas precisa ter previsibilidade, nem digo celeridade, previsibili-

dade”, ressaltou.

Silvestre observou que o Brasil ainda apresenta grandes oportunidades de expansão da mineração, mas precisa intensificar os investimentos em pesquisa geológica. Segundo o executivo, menos de um quarto do território nacional possui conhecimento geológico suficiente, o que limita a identificação de novas reservas e o desenvolvimento de projetos.

A questão levantada pelo executivo envolve uma etapa anterior à implantação dos empreendimentos. Sem informações geológicas suficientes, torna-se mais difícil identificar áreas com potencial mineral e avaliar oportunidades para novos projetos. Nesse contexto, a ampliação das pesquisas é apontada como uma das necessidades para o crescimento da atividade.

A previsibilidade ambiental também foi apontada como prioridade pelo

country manager da Ap-pian Capital Brazil, Milson Mundim. Ele destacou que fatores como câmbio, tarifas comerciais e condições internacionais estão fora do controle dos investidores, mas defendeu maior estabilidade na aplicação das regras de licenciamento.

“Tudo que a gente espera dos governos é que essas regras sejam de forma racional e imparcial seguidas, para que um processo que é conhecido desde o começo não sofra influências externas”, declarou.

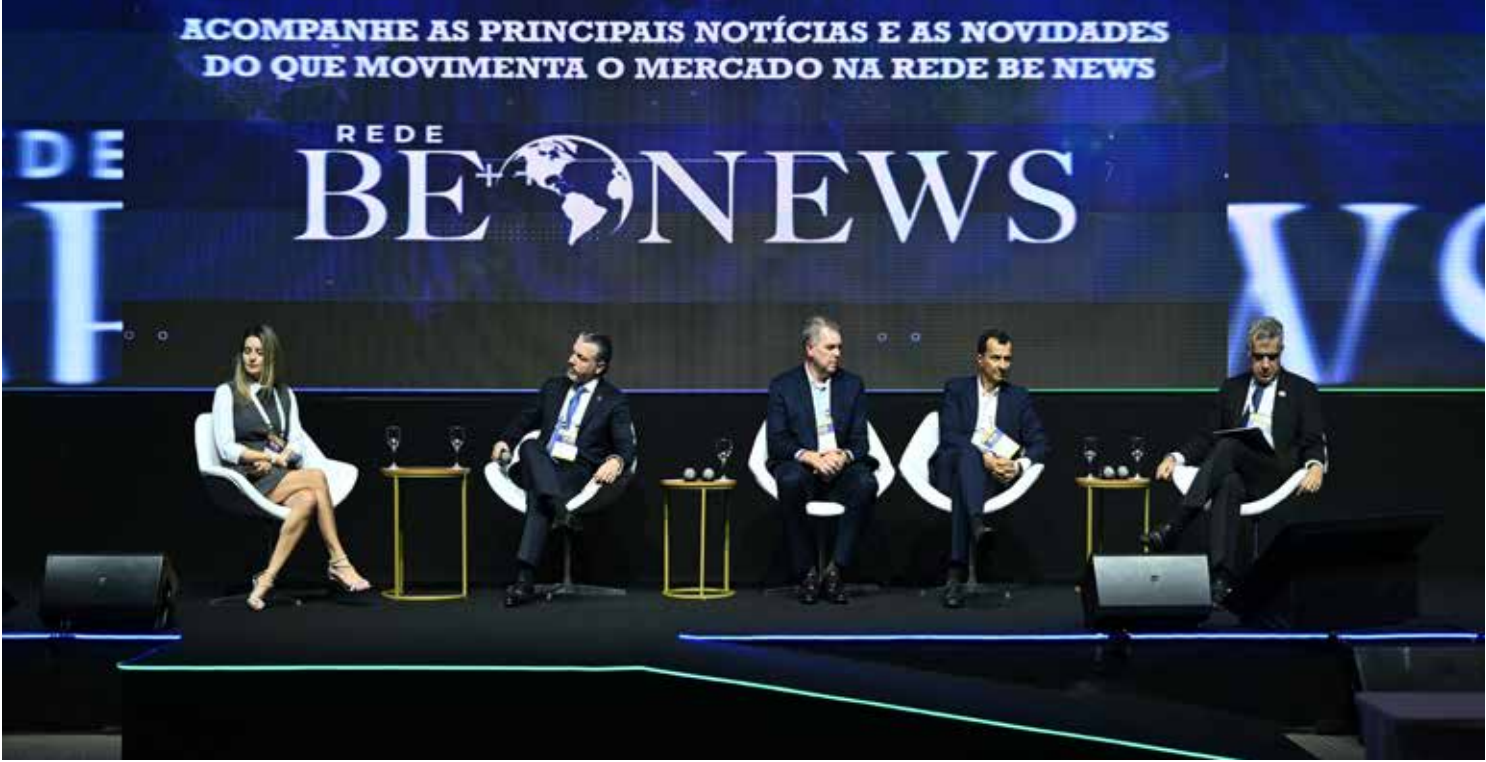
Mundim acrescentou que a legislação ambiental brasileira estabelece exigências rigorosas de segurança, compensação de impactos e relacionamento com comunidades, que devem ser cumpridas pelas empresas.

Além dos entraves regulatórios, a imagem da mineração perante a sociedade representa outro desafio. O vice-presidente de Relações Institucionais da Brazil Iron, Emerson Souza, avaliou que o setor permaneceu durante décadas distante do debate público, situação modificada após os grandes desastres ambientais envolvendo barragens de mineração.

Segundo o executivo, a maior exposição da atividade na mídia e nas discussões políticas precisa ser acompanhada de conhecimento técnico sobre suas particularidades.

“Não adianta nós entendermos, aprofundarmos e ampliarmos a discussão sobre mineração no Brasil como um todo, na sociedade como um todo, nos governos, no Congresso, sem que a gente entenda melhor o que é esse cenário”, afirmou.

Saulo Cruz



O painel destacou que menos de um quarto do território brasileiro possui conhecimento geológico suficiente, o que dificulta a identificação de novas reservas minerais no País

BRASIL EXPORT

Bancos defendem combinação de recursos para financiar infraestrutura

Painel do Brasil Export destaca capital privado, fundos regionais e organismos internacionais para ampliar investimentos

GEOVANNA BARBOSA
redacao.jornal@redenenews.com.br

A combinação de diferentes fontes de recursos é apontada como necessária para acompanhar o volume de projetos de infraestrutura no Brasil. O tema foi discutido nesta quinta-feira (8), durante o Fórum Nacional Brasil Export 2026, em Brasília, em painel com representantes da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

Um dos exemplos apresentados foi o do BNB. Segundo Aldemir Freire, diretor de Planejamento da instituição, a carteira de projetos de infraestrutura do banco supera R\$ 20 bilhões, enquanto o orçamento disponível até o fim deste ano é de cerca de R\$ 5 bilhões. Para 2027, a previsão é que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) alcance entre R\$ 60 bilhões e R\$ 61 bilhões, com 20% a 25% destinados à infraestrutura.

A diferença entre o volume de projetos e os recursos disponíveis para o período evidencia a necessidade de buscar fontes complementares de financiamento. No caso do BNB, os valores apresentados indicam uma demanda por investimentos superior à capacidade orçamentária imediata da instituição, ainda que parte dos empreendimentos possa ser atendida em exercícios posteriores.

“Hoje nós não temos problema de falta de projetos no Nordeste. O que temos é a necessidade de complementar recursos e encontrar novas formas de atuação para dar conta do volume de investimentos da região”, afirmou.

Moderador do painel, Thiago Meirelles, sócio da Avren, destacou a mudança no modelo de financiamento, com menor dependência do orçamento público e maior participação do mercado de capitais, por meio de debêntures incentivadas e de infraestrutura, além dos bancos de desenvolvimento.

As debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas para captar recursos junto a investidores. No setor de infraestrutura, esses instrumentos permitem financiar empreendimentos sem depender exclusivamente de empréstimos bancários ou de recursos orçamentários.

“Hoje a gente vive uma transformação muito grande nos mecanismos de financiamento da infraestrutura. Saímos de um modelo baseado no crédito público e no orçamento para uma participação cada vez maior do mercado de capitais”, afirmou.

Recursos regionais

No Banco da Amazônia, Nélcio Gusmão, superintendente executivo de Estratégia de Negócios, ressaltou que as características da Região Norte precisam ser consideradas na estruturação financeira dos projetos. Entre os fatores estão grandes



Representantes dos bancos debateram o uso de fundos constitucionais e capital privado; o BNB projeta destinar entre 20% e 25% dos recursos do FNE à infraestrutura em 2027

distâncias, baixa densidade demográfica e as condições de navegabilidade dos rios.

“Na Amazônia, os rios não são só ativos ambientais. Eles são nossas estradas. Por isso, as características da região precisam entrar no modelo financeiro para que o empreendimento consiga se sustentar”, afirmou.

Segundo ele, períodos de seca podem reduzir o calado dos rios e comprometer a navegação. Nesse cenário, os fundos constitucionais oferecem condições como prazos mais longos e períodos de carência maiores.

Esses mecanismos permitem adequar o pagamento dos financiamentos às características dos empreendimentos. Os períodos de carência, por exemplo, adiam o início da amortização do principal da dívida, enquanto os prazos mais longos distribuem o pagamento ao longo de um período maior.

Michele Azevedo Alencar, head de Estratégia de

Governo do Banco do Brasil, defendeu a integração entre fundos constitucionais, fundos de desenvolvimento, recursos privados e capital internacional.

“É necessário trazer uma atuação transversal em cada região do Brasil. Os fundos constitucionais têm um papel importante, mas também precisamos olhar para os grandes projetos de infraestrutura e para outras fontes que permitam um desenvolvimento mais estruturante”, afirmou.

Ela também citou estruturas de blended finance, que combinam diferentes fontes de recursos, em projetos de transição energética, bioeconomia e recuperação de áreas degradadas.

A Caixa destacou ainda a importância de incorporar critérios ambientais, sociais e de governança desde a estruturação dos projetos. Para Aline Sampaio, gerente-executiva da instituição, o ESG não deve ser apenas uma exigência para a liberação do

crédito.

“Hoje a nossa preocupação é que o ESG não seja apenas um checklist ou um selo para liberar um crédito subsidiado, mas que faça parte de toda a estruturação do projeto”, afirmou.

Ela também citou estruturas de blended finance, que combinam diferentes fontes de recursos, em projetos de transição energética, bioeconomia e recuperação de áreas degradadas.

A Caixa destacou ainda a importância de incorporar critérios ambientais, sociais e de governança desde a estruturação dos projetos. Para Aline Sampaio, gerente-executiva da instituição, o ESG não deve ser apenas uma exigência para a liberação do crédito.

“Hoje a nossa preocupação é que o ESG não seja apenas um checklist ou um selo para liberar um crédito subsidiado, mas que faça parte de toda a estruturação do projeto”, afirmou.

Divulgação



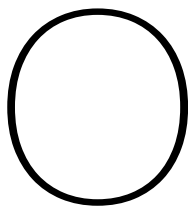
ADILSON LUIZ GONÇALVES

Escritor, engenheiro, pesquisador universitário e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

Uma discussão relevante



primeiro painel do Fórum Brasil Export 2026 teve como tema: Os impactos da governança integrada e das ações de responsabilidade social no setor de infraestrutura.

A moderação coube ao diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Felipe Queiroz e, como debatedores, participaram Andréa Häggström Rodrigues, diretora de Relações Institucionais na Aegea Saneamento; Fábio Rogério Carvalho, CEO da Aeroportos do Brasil (ABR); Marcia Massotti, diretora de Sustentabilidade da Axia Energia; e Guilherme Peixoto, superintendente de Licitações da B3 e presidente do Conselho do São Paulo Export.

Tema relevante, tratado por quem é do meio, tanto público como privado.

As parcerias público-privadas (PPPs) foram destacadas como a solução ideal para o atendimento das demandas de infraestrutura indispensáveis para o desenvolvimento sustentado do Brasil. Tanto os representantes da área institucional como os da iniciativa privada ponderaram sobre a importância da “licença social” nesse processo, entendida como a necessidade de comunicação adequada com as comunidades que serão afetadas, demonstrando os aspectos favoráveis.

Essa aproximação tem sido responsável pela redução de demandas judiciais, além de favorecer licenciamentos ambientais mais ágeis, segundo os debatedores.

Em minha opinião, essa aproximação tende a reduzir o risco de “contaminação” ideológica e de interesses nem sempre claros no processo.

O moderador iniciou sua atuação enfatizando que, no âmbito

de ESG, daria mais destaque aos aspectos sociais e de governança, embora a lente ambiental permeie todos e vice-versa. Aliás, o desenvolvimento efetivamente sustentado só ocorre quando há equilíbrio entre o ambiental, o social e o econômico.

Alguns dos exemplos apresentados incluíram as concessões na área de saneamento. No Brasil, segundo comentaram, cerca de 30 milhões de pessoas não têm acesso à água potável e aproximadamente 100 milhões não dispõem de coleta e tratamento de esgoto. A representante da Aegea relatou algumas das iniciativas da empresa no Rio de Janeiro: na Favela da Maré, o saneamento beneficiou 200 mil habitantes, e a Baía da Guanabara deixará de receber cerca de 1,3 bilhão de toneladas de esgoto por mês, demonstrando a vantagem ambiental, social e de atração turística resultante.

A conclusão foi de que a interlocução adequada com a comunidade ajuda, de fato, a resolver problemas, às vezes de forma simples, mas com múltiplos e significativos impactos positivos.

A representante da Axia abordou a implantação de linhas de transmissão de energia. Na Região Norte, essas obras resultaram em redução da demanda pelo acionamento de termelétricas. Também destacou a importância da “licença social”, como forma de melhor construir as obras.

A Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) foi apontada como fator de redução de judicializações. Segundo Marcia Massotti, existem 28 comunidades consideradas “tradicionais” no Brasil, sendo que apenas duas têm representantes legais: a indígena (Funai) e a quilombola (Incra), o que reforça a necessidade de interlocução direta com as demais.

Essa interlocução permite avaliar, desde o início do processo, eventuais riscos climáticos e sociais, evitando riscos ao próprio negócio.

Foi esclarecido que a “licença social” não é semelhante à ambiental, pois não existe um instrumento legal que a defina ou regule. Trata-se de um conceito, um “acordo”, pelo qual a sociedade, ▶

É FUNDAMENTAL EQUILIBRAR INTERESSES PÚBLICOS, PRIVADOS E DAS COMUNIDADES. É PRECISO QUE OS BENEFÍCIOS SEJAM AMPLOS, SUPERANDO EVENTUAIS IMPACTOS NEGATIVOS. PARA TANTO, É PRECISO COMUNICAR, PLANEJAR, PROJETAR E EXECUTAR MELHOR, E AS PPPS TÊM SIDO A MELHOR MANEIRA DE VIABILIZAR PROJETOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO NACIONAL

BRASIL EXPORT | Opinião

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 13

A CONCESSÃO FLORESTAL FOI MENCIONADA. TRATA-SE DE UM MECANISMO PELO QUAL O GOVERNO DELEGA À INICIATIVA PRIVADA O DIREITO DE REALIZAR O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL. ESSE DIREITO INCLUI A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA, DE PRODUTOS NÃO MADEIREIROS E ECOTURISMO

devidamente informada, tende a apoiar uma iniciativa, o que tem tudo a ver com governança.

Debêntures e títulos “verdes” também foram mencionados como elementos de atração de investidores internacionais. O representante da ABR pontuou que os aeroportos não podem ser considerados como um modo elitista. Para comprovar, citou a importância do transporte aéreo, sobretudo no caso do Brasil, na distribuição de medicamentos, com ênfase no período da pandemia do Covid-19.

Embora ele não tenha mencionado, a aviação também foi essencial no combate ao incêndio ocorrido em terminal de produtos químicos em Santos, em 2015. Não havia disponibilidade de líquido gerador de espuma (LGE) suficiente no Brasil, e cerca de 2/3 da demanda necessária foram trazidas do exterior, pela FAB.

Além disso, ele destacou que a aviação também impacta a vida das pessoas de outras formas.

No que se refere à segurança, registrou que as mortes em acidentes rodoviários num dia equivalem à queda de um avião, no mesmo período.

Ele mencionou que existem três motivos pelos quais o transporte aeroviário é escolhido: solução de problemas, comodidade e experiência. Embora ele não tenha mencionado, o transporte aéreo é crítico no atendimento médico de urgência e no transporte de órgãos em tempo hábil para transplantes. Outro argumento foi o de que cidades conectadas por aviação têm impactos positivos em seu PIB, pois, além de conexões internas, são conectadas ao mundo.

Embora não seja uma comparação efetiva, ele destacou que existem mais empresas aéreas associadas à Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), cerca de 370, do que países-membros da ONU (193).

O representante da B3 asseverou que a participação da iniciativa privada, após o “apagão” de 2001, foi imprescindível para a melhoria do setor de produção e distribuição de energia no Brasil.

Ainda no âmbito das concessões, ele destacou que praticamente todos os aeroportos do País são geridos pela iniciativa privada, o mesmo valendo para rodovias e energia.

Ele ratificou que a locomoção, por todos os modos disponíveis, é uma necessidade precípua do Brasil, um fator crítico, por suas dimensões continentais.

Também enfatizou a importância do saneamento, desta vez na redução da mortalidade infantil, destacando que esse setor só recentemente passou a ser concedido à iniciativa privada.

A concessão florestal foi mencionada. Trata-se de um mecanismo pelo qual o Governo delega à iniciativa privada o direito de realizar o manejo florestal sustentável. Esse direito inclui a exploração de madeira, de produtos não madeireiros e ecoturismo.

Resta saber se, dentre os produtos “não madeireiros”, também estaria incluída a mineração e aproveitamento da flora na produção de produtos medicinais, reduzindo nossa dependência de importações, além da melhoria das condições de vida das comunidades existentes.

A conclusão desse painel foi, como não poderia deixar de ser, que é fundamental equilibrar interesses públicos, privados e das comunidades. É preciso que os benefícios sejam amplos, superando eventuais impactos negativos.

Para tanto, é preciso comunicar, planejar, projetar e executar melhor, e as PPPs têm sido a melhor maneira de viabilizar projetos de interesse estratégico nacional.

A necessidade de um “modelo de Brasil vendável” é primordial para atrair investimentos externos, e a governança é fundamental nesse processo. Porém, ainda há que revisar nosso arcabouço legal, para evitar que filigranas processuais e outros interesses continuem a prejudicar o desenvolvimento sustentado do País.

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de sexta-feira.

TRANSPORTES | Aeroportos

Aena assume administração do Aeroporto do Galeão até 2039

Concessionária espanhola venceu o leilão do terminal por R\$ 2,9 bilhões e ficará responsável pela operação até 2039

Da Redação
redação@redenews.com.br

A Aena assumiu nesta terça-feira (6) a administração do Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro, e ficará responsável pela operação do terminal até 2039. A transferência foi formalizada com a assinatura do contrato de compra e venda de ações. A concessionária espanhola venceu, no fim de março, o leilão de venda assistida do aeroporto, com um lance de R\$ 2,9 bilhões.

A gestão do Galeão terá como prioridades a eficiência operacional, a melhoria

da experiência dos passageiros, o fortalecimento do transporte de cargas e a geração de valor para o Rio de Janeiro, segundo a Aena.

Com a entrada do Galeão em sua rede, a concessionária passa a administrar 18 aeroportos no Brasil, distribuídos por dez estados, com fluxo superior a 63 milhões de passageiros por ano. No cenário internacional, a companhia espanhola está à frente de 81 aeroportos em cinco países.

A empresa também pretende ampliar as oportunidades de crescimento do Galeão e fortalecer a posição do aeroporto como hub internacional. Entre as possibilidades está a coordenação com outros terminais administrados pela Aena, especialmente o Aeroporto

de Congonhas, em São Paulo.

Segundo a concessionária, a integração do Galeão à rede global da empresa permitirá aproveitar a experiência operacional do grupo e ampliar o diálogo com companhias aéreas, parceiros comerciais e o poder público. “O Galeão é um aeroporto fundamental para a conectividade do país e, portanto, crítico para o Rio de Janeiro e para o Brasil, com potencial para ampliar suas conexões nacionais e internacionais”, afirmou o presidente e CEO da Aena, Maurici Lucena.

A chegada da Aena ocorre em um momento de crescimento na movimentação do terminal. Em 2025, o Galeão recebeu 17,9 milhões de passageiros, alta de 23,4% em relação aos



Divulgação

O Galeão passou à administração da Aena após leilão de R\$ 2,9 bilhões; a concessionária espanhola ficará responsável pela operação do aeroporto carioca até o ano de 2039

14,5 milhões registrados por ano e registra cerca de 340 voos domésticos e 110 internacionais por dia, considerando pousos e decolagens.

O aeroporto tem capacidade para movimentar até 37 milhões de passageiros

TRANSPORTES | Portos

Logtech de Santos lança IA para gestão de operações portuárias

TOS.IA permite consultar dados de terminais em linguagem natural e promete reduzir tempo de análise e movimentos improdutivos

Da Redação
redação@redenews.com.br

A logtech HX, fundada em Santos (SP), lançou o TOS.IA, sistema de gestão de terminais portuários que utiliza Inteligência Artificial (IA) para analisar dados operacionais e recomendar ações. A ferramenta permite

consultar, em linguagem natural, informações sobre atracação de navios, disponibilidade de armazéns, ocupação do pátio e movimentação de cargas.

O profissional pode perguntar ao sistema onde está determinada mercadoria, quanto espaço está disponível ou qual a melhor estratégia para armazenar uma carga. A IA analisa os dados e apresenta respostas, sugestões, alertas e simulações, inclusive sobre riscos de proximidade entre cargas incompatíveis.

Segundo a HX, a tecnologia reduz para segundos ou minutos análises que antes poderiam levar horas, diminuindo custos operacionais. “No terminal portuário, uma decisão que demora horas custa dinheiro real – há grandes perdas com navio parado, pátio ocioso, movimentação desnecessária ou janela de embarque perdida. O TOS.IA transforma esse tempo em segundos”, afirma Luiz Simões, CEO e cofundador da HX.

A solução utiliza o

Model Context Protocol (MCP), protocolo aberto que conecta modelos de IA aos dados corporativos. Segundo Leandro Duca, CTO e sócio da HX, os clientes podem escolher entre Claude, ChatGPT e Gemini, sem depender de um único fornecedor. A empresa afirma que os dados dos terminais permanecem isolados e não são utilizados para treinar os modelos.

O lançamento ocorre em um cenário de crescimento da movimentação portuária. Segundo

a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os portos brasileiros movimentaram 1,4 bilhão de toneladas em 2025, alta de 6,1%.

Fundada em 2021, a HX desenvolve sistemas para terminais portuários, recintos alfandegados e armazéns. Atua nos complexos de Santos e Itaquí (MA), atendendo empresas como Suzano, Bracell, DP World e Eldorado. Desde sua criação, afirma ter movimentado mais de 50 milhões de toneladas nos terminais atendidos.

ENERGIA

Procurador sugere ao TCU solução consensual para a Enel São Paulo

Lucas Furtado encaminhou proposta ao presidente da Corte, Vital do Rêgo; procedimento ainda não foi analisado pelo tribunal

Estadão Conteúdo

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, sugeriu a abertura de um processo de solução consensual para a Enel São Paulo. O ofício foi encaminhado na quarta-feira, 7, ao presidente da Corte de Contas, Vital do Rêgo.

Ainda não há manifestação formal do TCU sobre o procedimento sugerido. “A eventual composição deverá prever obrigações mensuráveis, mecanismos independentes de acompanhamento e consequências pelo des-

cumprimento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades cabíveis”, disse ele no documento.

Na eventualidade de a questão entrar para o crivo da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), as partes precisam manifestar

interesse em tal caminho. Ou seja, Ministério de Minas e Energia (MME) e empresa.

A sugestão de Furtado não representa, portanto, a abertura imediata de uma negociação nem uma decisão sobre a continuidade da concessão. Para que o procedimento avance, será necessário o interesse das

partes envolvidas. A proposta também não afasta a possibilidade de responsabilização da distribuidora, já que o subprocurador defende a previsão de consequências para eventuais descumprimentos das obrigações estabelecidas em um acordo.

“Uma solução institucional negociada pode reduzir o risco de politização da controvérsia. Uma disputa dessa magnitude, se prolongada e deslocada para arenas de confronto político, pode comprometer a avaliação técnica e a previsibilidade necessárias à prestação de um serviço indispensável à população do maior Estado da Federação”, declarou Lucas Furtado.

Em 23 de setembro, o Tribunal de Contas fixou o prazo de 60 dias para o

MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informarem um cronograma detalhado das ações previstas para garantir o fornecimento de energia em São Paulo após o fim do prazo da concessão da Enel São Paulo.

O contrato tem termo final em 2028, e o processo de prorrogação antecipada está suspenso porque a empresa enfrenta um processo que pode levar à recomendação de caducidade contratual.

Na terça-feira, o diretor da Aneel, Gentil Nogueira, pediu vista no processo que pode definir o futuro da Enel Distribuição São Paulo. A relatora Agnes da Costa votou por recomendar o fim do contrato da empresa, acompanhada pela diretora Ludimila Lima da Silva.



Divulgação

Lucas Furtado defendeu que uma eventual negociação com a Enel São Paulo tenha metas mensuráveis, fiscalização independente e consequências para o descumprimento do acordo

PETRÓLEO E GÁS

Petróleo Brent sobe mais de 4% com escalada de ataques no Oriente Médio

Barril encerrou a quinta-feira cotado a US\$ 104,28, em meio a ameaças à infraestrutura energética da região e interrupções na produção no Golfo do México

Estadão Conteúdo

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta acima de 4% nesta quinta-feira, 8, com intensificação de ataques no Oriente Médio, o que

ameaça a infraestrutura de produção da commodity na região. As ofensivas se sobrepuseram às declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que reafirmou não ter intenção de retomar os bombardeios a Teerã antes da eleição de meio de mandato. Enquanto isso, a temporada de furacões do Golfo do México tem início, ameaçando o suprimento.

Negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), o petróleo Brent para dezembro fe-

chou em alta de 4,07% (US\$ 4,08), a US\$ 104,28 o barril.

Já o petróleo WTI para novembro subiu 3,64% (US\$ 3,21), a US\$ 91,49 o barril, na Nymex.

O porta-voz militar dos Houthis do Iêmen, brigadeiro-general Yahya Saree, afirmou que o grupo atingiu o Aeroporto Internacional Rei Khalid, em Riad, capital da Arábia Saudita, com um míssil balístico. O ataque causou danos e interrompeu o tráfego aéreo no aeroporto saudita, de acor-

do com os Houthis. Na quarta-feira, o Centro de Operações de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMTO) informou que um navio-tanque foi atingido por múltiplos projéteis no Golfo Pérsico, ao norte do Catar, com relatos de vítimas.

Trump afirmou que o país está tendo “discussões produtivas” com o Irã e que não atacará Teerã antes das eleições de meio de mandato, em 3 de novembro. Já o ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas

Araghchi, afirmou que o processo de negociação com Washington ainda está em andamento e que mensagens estão sendo trocadas por meio de mediadores.

O primeiro furacão da temporada no Oceano Atlântico, batizado como Isaías, avança em direção ao Golfo do México e já provoca transtornos em áreas da Flórida. Plataformas de produção de petróleo e gás no Golfo já interromperam as operações, o que afeta cerca de 25% da produção local.



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES

leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

A lista
O “vazamento” de uma relação com nomes para o ministério de um eventual governo do senador Flávio Bolsonaro (PL), nessa quinta-feira, em Brasília, revelou a espinha dorsal de que poderá ser seu primeiro escalão. A lista traz indicações estratégicas, entre aliados do Congresso Nacional, familiares, quadros da gestão Jair Bolsonaro e nomes ligados ao agronegócio e ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Faltando pouco mais de duas semanas para o segundo turno das eleições, a lista é, antes de tudo, um indicativo da movimentação de bastidores e dos critérios que deverão nortear o ministério do senador, se eleito presidente.

Menos ministérios
Embora o rascunho apresente 12 posições, o próprio Flávio declarou recentemente a intenção de cortar ministérios, reduzindo a estrutura atual de 39 para cerca de 27 pastas. Esse redesenho deixaria entre oito e 15 posições adicionais em aberto, concentrando o clássico nó político de Brasília: a redução de cargos disponíveis frente à necessidade de acomodar legendas aliadas, como PP, Republicanos, PL, MDB e PSD, para garantir governabilidade.

Postos estratégicos
O levantamento vazado desenha as seguintes lideranças para áreas centrais da administração pública. A Casa Civil ficaria com Ciro Nogueira, presidente nacional do PP. Daniella Marques, ex-presidente da Caixa Econômica Federal e ex-auxiliar de Paulo Guedes, estaria à frente da condução econômica. O superministério da Infraestrutura, que poderá reunir Transportes, Cidades e até Minas e Energia, ficaria sob o comando de Rogério Marinho, ex-ministro do Desenvolvimento Regional.

Família
O deputado federal Eduardo Bolsonaro poderá ficar com as Relações Exteriores, posto que também pode receber o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo (Poder360). A senadora eleita Michelle Bolsonaro aparece indicada para Cidadania e Família, administrando os programas sociais de transferência de renda.

São Paulo
A lista também traz o nome do médico e presidente do Conselho do Hospital Albert Einstein, Cláudio Lottenberg, para a Saúde. É o único já confirmado publicamente por Flávio Bolsonaro, o que ocorreu ainda em agosto. Lottenberg já aceitou formalmente o convite. Para a Educação, aparece Renato Feder, atual secretário de Educação de São Paulo. Outros nomes da equipe do governador Tarcísio de Freitas que surgem relacionados a um provável ministério são Caio Paes de Andrade, Samuel Kinoshita, Natália Resende e Rafael Benini.

Datafolha aponta empate no limite da margem de erro

Flávio tem 49% das intenções de voto no 2º turno, contra 45% de Lula. Margem de erro é de 2% para mais ou para menos



No primeiro turno, Flávio Bolsonaro terminou em primeiro, com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula

Estadão Conteúdo	em primeiro, com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula. Em votos válidos, a pesquisa desta quinta-feira, 8, mostra Flávio Bolsonaro com 52%, contra 48% de Lula. O Datafolha entrevistou 2.520 pessoas com 16 anos ou mais entre esta terça-feira, 6, e quinta-feira, 8. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada sob o número BR-02949/2026. O instituto ainda perguntou aos eleitores sobre o grau de certeza do voto. 94% dos respondentes disseram estar decididos em quem votar, contra 6% que ainda podem mudar. As maiores vantagens em favor de Flávio acontecem entre evangélicos (69% a 25%) e na região Sul (58% a 35%). Já Lula, vai melhor entre eleitores com escolaridade fundamental (55% a 41%), no segmento com renda até 2 salários (52% a 41%), entre católicos (53% a 41%) e no Nordeste (61% a 35%). A pesquisa apontou	que 25% dos eleitores de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno escolhem o senador apenas para derrotar o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre os eleitores do petista, os que dizem que o escolhem para derrotar Flávio somam 13%. Ainda entre os eleitores de Flávio, 69% justificam sua escolha por considerar que o senador é o melhor candidato. Outras justificativas somam 4%, enquanto 2% não souberam responder o porquê da escolha. Já entre eleitores de Lula, 83% dizem que o petista é o melhor candidato da disputa. Outras respostas somam 3% e não souberam responder, 1%. O Datafolha também mostrou que a maior parte, 46%, dos eleitores que, no primeiro turno votaram em Augusto Cury (Avante); Renan Santos (Missão), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), deve migrar para o senador Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno. Conforme o instituto, 32% declaram voto em Lula.
------------------	--	--

POLÍTICA

Flávio recebe apoio de Cury sob condição de pacificação nacional

Candidato do Avante derrotado no 1º turno disse que “apoio não é submissão” e vai cobrar compromissos assumidos pelo senador, que também agradeceu a aceno do Podemos

Reprodução / Redes Sociais

Estadão Conteúdo

Augusto Cury (Avante) oficializou nesta quinta-feira, 8, apoio a Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno da eleição presidencial, após uma conversa entre os dois e a assinatura, pelo candidato, de um compromisso público com propostas defendidas pelo escritor durante a campanha, entre elas a pacificação da nação.

Cury afirmou em nota que não participará de um eventual governo e que manterá independência para cobrar o cumprimento dos compromissos assumidos. “Meu apoio não é um cheque em branco”, afirmou Cury. “Apoio não é submissão! Se concordar, direi que concordo. Se discordar, direi que discordo.”

Segundo o escritor, a decisão foi tomada após uma conversa “olho no olho, sem filtros e sem rodeios” com Flávio. Cury disse ter deixado claro que não pretende integrar o governo caso o candidato



A anúncio do apoio foi feito após Flávio Bolsonaro conversar pessoalmente com Augusto Cury

do PL seja eleito. “Disse-lhe claramente que não participaria de seu governo e que minha independência de pensamento seria inegociável”, afirmou.

O compromisso apresentado por Cury reúne oito pontos, entre eles o fim da reeleição presidencial, expansão da telemedicina, medidas de proteção às mulheres, valorização dos professores, financiamento a microempresas, fortalecimento do

cooperativismo, estímulo à produção sustentável de alimentos e uma agenda de “pacificação nacional”.

Cury afirmou ainda que o apoio não envolve negociação por cargos, privilégios ou vantagens pessoais. Segundo ele, Flávio deverá prestar os esclarecimentos necessários à sociedade e às instituições, e um eventual governo deverá respeitar direitos humanos, minorias, liberdade de pensamento e o papel

da oposição

“O Brasil precisa aprender a conviver consigo mesmo, respeitar suas diferenças e proteger suas instituições”, afirmou.

Podemos

Em vídeo divulgado nas redes sociais, Flávio Bolsonaro agradeceu a deputados, senadores, prefeitos, vereadores, governadores, eleitos e não eleitos, do Podemos, que também

declaram apoio à sua candidatura neste segundo turno.

Ao lado da presidente do Podemos, Renata Abreu, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), dentre outros, disse: “Sempre acreditei que o Brasil pode sair desse mar de lama, de desesperança e o único caminho da mudança é pela política.”

Em sua fala, Flávio disse também saber o quanto “é suado” conseguir voto, por isso agradeceu o apoio do Podemos nesta fase final da corrida presidencial. “Estou honrado pelo que aconteceu no domingo”, disse, em referência aos votos que teve no primeiro turno, superando a votação do presidente e candidato à reeleição pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Flávio pede agora aos aliados que busquem converter quem se absteve no primeiro turno ou que componha a parcela indecisa. “Não tem eleição ganha. Todo mundo arruma um votinho para gente. Cada voto que você conseguir de quem não foi votar ou está na dúvida, ou até que votou do lado de lá”, falou.

Candidato mira agora outros governadores

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) fez nesta quinta-feira, 8, um aceno a governadores que se elegeram sem seu apoio. Durante encontro com governadores do PL e de partidos aliados, Flávio citou Raquel Lyra (PSD), eleita por Pernambuco.

“Quero falar para aqueles governadores e governadores que não nos apoiam ou não são do nosso campo político,

como a Raquel Lyra, lá em Pernambuco, só para ficar um exemplo, que vou ser um presidente da República que vou ajudar os cidadãos de cada Estado, independente da coloração partidária do governador”, declarou, durante o evento em Brasília.

Em tom como se já estivesse eleito, Flávio disse ter começado a receber demandas dos governadores eleitos, como a de Clei-

tinho (Republicanos), sobre a dívida de Minas Gerais, mas disse que precisará se inteirar sobre a situação do governo Federal.

“Pretendo governar com time, olhando para cada Estado e reconhecendo as diferenças e necessidades e ajudando, na medida do possível. O primeiro dever de casa é arrumar a própria casa. Deixa eu ver o tamanho do buraco em que Lula nos enfiou”, falou.

O presidenciável afirmou ainda que pretende se inspirar em projetos estaduais, como o SmartSampa, em São Paulo, e criar o “SmartBrasil”.

Em determinado momento, Flávio corrigiu o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que havia pedido aos colegas que não desmobilizassem “acampamentos” ou seja, a militância.

Em tom de brincadeira, Flávio falou: “Qualquer palavra que falamos aqui que fuja um pouco do contexto, já distorcem. Tarcísio, não são os acampamentos para a gente não desmobilizar, são nossos comitês eleitorais”, disse, evitando associar os grupos políticos de apoio a ele com os acampamentos montados por bolsonaristas após a derrota de Jair Bolsonaro (PL) em 2022.

Flávio cortará programas sociais, diz Lula em novo formato de vídeo

Já sob nova orientação sobre as redes sociais, presidente publica vídeos em formato selfie contra o senador. “Vão cortar Pé-de-Meia, Farmácia Popular. Minha Casa, Minha Vida...”

Ricardo Stuckert

Estadão Conteúdo

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), publicou dois novos vídeos nesta quinta-feira, 8, acusando o senador Flávio Bolsonaro (PL) de querer cortar programas sociais e entregar o Brasil ao crime organizado. Os dois vídeos foram gravados em formato “selfie”.

O próprio presidente gravou com um celular para comentar os assuntos, com pouca edição. Esses vídeos fazem parte desta nova etapa da comunicação da campanha de Lula: apostar em vídeos com estética mais natural para conseguir mais engajamento.

“Você já viu meu adversário dizendo que vai cortar R\$ 200 bilhões do Orçamento. Quando eles falam em cortar R\$ 200 bilhões, você sabe no que eles vão cortar? Vão cortar no Pé-de-Meia, no Farmácia Popular, no Minha

Casa, Minha Vida, na merenda escolar, no Gás do Povo, não vão dar aumento do salário mínimo acima da inflação e não vão dar aumento do salário mínimo para aposentados”, afirmou o presidente em vídeo nesta quinta-feira.

A fala faz referência a uma reportagem publicada pela Folha de S.Paulo que diz que Flávio considera mudar a correção da Previdência, da saúde e da educação para chegar a um ajuste fiscal de R\$ 250 bilhões.

Lula também fez um vídeo atacando Flávio Bolsonaro no tema segurança. Repetiu a frase que adotou nos últimos dias: “Para o trabalhador, proteção, para o bandido, prisão”.

Citou a proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública e cobrou que Flávio e o PL votem a favor do texto no Senado.

Na legenda do vídeo, escreveu: “Com Lula, combateremos o crime organizado. Com Flávio, o crime organizado tomará conta do Brasil.”

Novo formato

Desde a quarta-feira, 7,



Lula se baseia em reportagem que mostra desejo de Flávio de mexer na Previdência, na Saúde e na Educação para reduzir despesas

Lula passou a publicar vídeos gravados nesse formato selfie. Até então, o presidente sempre demonstrou uma resistência imensa em estar mais presente nas redes sociais. Em vários discursos, já disse que prefere chamá-las de “redes digitais, porque de sociais elas não têm nada”.

O petista, no entanto, foi convencido, após o resultado do primeiro turno, a investir mais na comunicação digital.

Como mostrou o Broa-

dcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), Lula empoderou um grupo de jovens deputados eleitos para influenciarem mais as decisões da comunicação da campanha.

Collor

A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), derrotada na disputa pelo Senado no Paraná, comparou nesta quinta-feira Flávio Bolsonaro ao ex-presiden-

te da República Fernando Collor de Mello. Ela ainda convocou a militância petista a intensificar a campanha pela reeleição do presidente Lula.

“Ele já disse que vai fazer com o Brasil o que Milei está fazendo na Argentina: cortar aposentadorias, programas sociais e congelar salários. Esse cara é tipo um Collor de Mello: vende sonhos e vai entregar pesadelos”, afirmou Gleisi, em publicação nas redes sociais.

Estratégia no 2º turno é expor o adversário

A deputada federal eleita Ana Elisa (PT-MG), candidata do partido mais votada para a Câmara dos Deputados nesta eleição, afirmou nesta quinta-feira, 8, que a disputa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno não deve se concentrar apenas em propostas. Para ela, diante da polarização, a estratégia da campanha petista terá de

incluir a exposição do histórico político do adversário.

Ana Elisa disse que o ideal era a realização de uma campanha centrada na comparação entre os programas de governo. Para ela, porém, o atual cenário eleitoral dificulta esse tipo de discussão.

“Eu adoraria que o debate político agora fosse realmente um debate político, debate de proposta,

debate do que fez, debate de melhoria para o Estado, economia e tudo mais. Mas, neste momento político que nós estamos, o debate, infelizmente, vai ter que ser pessoal”, afirmou.

Na avaliação dela, a campanha de Lula deve usar as redes sociais para apresentar aos eleitores o perfil político de Flávio Bolsonaro. “Não é atacar a pessoa, é mostrar quem é a pessoa”, afirmou. “Se

mostrar quem é Flávio Bolsonaro é um ataque à pessoa dele, isso prova o que ele construiu na carreira política”, disse.

Na avaliação da deputada eleita, Lula teria vantagem em uma comparação baseada em propostas e no que já foi realizado pelo governo. “O que de proposta ou de coisa que já fez para o Brasil ou de coisa que fará é óbvio que o presidente Luiz Inácio

Lula da Silva está anos à frente disso. Então, agora, o momento é de mostrarmos e, infelizmente, fazermos comparação pessoal”, disse.

Ao ser questionada sobre quem é Flávio Bolsonaro, Ana Elisa citou supostas relações do senador com milícias e com o Banco Master, além de mencionar mensagens enviadas por ele a Daniel Vercaro.

POLÍTICA

Ex-ministro de FHC vê ‘caminho do precipício’ com Flávio eleito

Miguel Reale Júnior, que também foi um dos autores do pedido de impeachment de Dilma, critica o candidato à presidência e lembra que ele vai anistiar golpistas e atender aos EUA

Divulgação / MPMG

Estadão Conteúdo

Em carta publicada no Instagram, o advogado Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça do governo de Fernando Henrique Cardoso e um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), argumenta contra a eleição do senador Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência da República. “O caminho do precipício”, declara.

Na publicação, Miguel Reale Júnior, afirma que Flávio pretende “anistiar os golpistas de 8 de Janeiro, a começar por seu chefe, o pai.”

Ele diz ainda que a escolha por Flávio Bolsonaro representa uma validação do ataque ocorrido no dia 8 de janeiro e a tentativa de anulação pela força da



Para Reale Júnior, a escolha por Flávio Bolsonaro representa uma validação do ataque ocorrido no dia 8 de janeiro aos poderes democráticos

eleição fidedigna de 2022. “Votar em Flávio é, portanto, legitimar o golpe, dando sinal de aprovação à tentativa de assunção ao poder pela força e de desamor à democracia”, conclui.

Para o advogado, o voto em Flávio é também deixar escapar a soberania nacional, tendo em vista a grande aproximação do candidato ao governo estadunidense, sobretudo em questões relacionadas à segurança pública.

“Segundo propósito

consiste em admitir a interferência norte-americana contra o Brasil, como já se viu no caso das tarifas. Corre-se o risco de prevalecer a justificativa de atuação militar estadunidense contra grupos do crime organizado, já qualificados como terroristas, com anuência de Flávio. Comando Vermelho (CV) ou o Primeiro Comando da Capital (PCC) em nada se assemelham a grupo terrorista, que age motivado não por objetivo econômico, mas por razões

de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, e pretendendo provocar terror social”, escreve.

Miguel Reale Junior teme também pela corrosão democrática e violação de direitos diante de posições de parlamentares da direita radical, eleitos no pleito do domingo, 4 de outubro, e que dividiram o palanque com Flávio Bolsonaro. Segundo ele, esses políticos pregam contra minorias, cotas e feminismo, por exem-

plo. “Assim como um Congresso Nacional pontilhado de direitistas extremados, aderentes a teses radicais, será uma temeridade um presidente adepto ou suscetível a dar seu apoio a proposições desta facção política”, conclui.

Pela democracia

Por fim, o advogado defende o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como uma opção em prol da manutenção da democracia e de um Estado não violento, mesmo que considere que a sociedade esteja cansada de um discurso petista.

“Uma coisa é segura: com os governos petistas não se instala a apologia ou a tentativa do golpe militar, se preserva nossa independência e não se promove um estado policialesco. Nada justifica que, ao se pretender mudar o rumo, tome-se o caminho do precipício. Dentro de quinze dias resolve-se o destino do Brasil e desejo ardentemente que não vivamos sob o signo da violência”, finaliza.

Propaganda eleitoral está de volta

Horário eleitoral na TV e no rádio recomeça nesta sexta-feira, com 5 minutos para Lula e Flávio

Estadão Conteúdo

A partir de sexta-feira, 9, a propaganda eleitoral gratuita volta a ser exibida em rádio e televisão para os candidatos que disputam o segundo turno das eleições para a Presidência e para os governos es-

taduais e do Distrito Federal. O novo período do programa eleitoral vai até 23 de outubro. Sexta-feira marca também o início de atos de campanha.

Os candidatos - o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro - terão cinco minutos cada nos blocos exibidos na rádio e na televisão.

No rádio, os programas eleitorais são exibidos às 7h, tendo um novo horário às 12h. Na televi-

são, os blocos são exibidos às 13h e têm um novo horário à noite, às 20h30.

Cada bloco dos presidenciais dura, ao todo, dez minutos. Nos Estados em que haverá segundo turno para o governo, a propaganda começa em seguida e cada concorrente terá cinco minutos por bloco.

Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Tocantins e Distrito Federal são os estados em que a disputa seguirá

para um novo turno. O Rio de Janeiro também terminou o primeiro turno com indefinição, mas a última decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela anulação dos votos obtidos por Anthony Garotinho (Republicanos) pode levar a uma nova totalização dos votos no Estado e à vitória de Douglas Ruas (PL) no primeiro turno.

Além dos blocos de propaganda nos horários definidos, as emissoras irão reservar 25 minutos

diários para inserções dos candidatos ao longo da programação. O tempo é dividido de forma igualitária.

No dia 9, volta a ser permitida também a realização de outros atos de campanha como comícios, carreatas, caminhadas e distribuição de panfletos, além de propagandas pagas na internet e em meios impressos. Para esses atos, o prazo se encerra no dia 22 de outubro.

Ibovespa reage e volta aos 206 mil pontos com alta do petróleo

O giro financeiro no dia, de R\$ 40 bilhões, ficou acima da média, mostrando que o mercado ainda está com apetite ao risco. Com o desempenho, índice avança 7,34% na semana

Estadão Conteúdo

Amparado pela alta firme das ações da Petrobras (+2,12% a PN e +3,13% a ON), o Ibovespa voltou ao campo positivo nesta quinta-feira, acompanhando o fortalecimento do petróleo no exterior.

Operadores e analistas continuam pontuando que o “trade” eleitoral ainda justifica o avanço da Bolsa, à medida que Flávio Bolsonaro (PL) se consolida como candidato favorito e começa a acenar para uma agenda econômica, caso seja de fato eleito.

O principal índice da bolsa subiu 0,94%, aos 206.220,24 pontos, depois de tocar a máxima em 207.953,74 pontos. O giro financeiro no dia, de R\$ 40 bilhões, ficou acima da média, mostrando um mercado

ainda com apetite ao risco. O desempenho positivo já leva o Ibovespa a acumular alta de 10,67% no mês e 7,34% na semana até agora. No ano, o avanço é de 27,99%.

Por mais um dia, é destaque também o movimento dos setores dentro do índice. Desde o fim do primeiro turno, as empresas de menor capitalização (small caps) sobem com força, já acumulando retorno de 15% na semana, seguido

pelo segmento imobiliário, com alta de 14%. O desempenho está diretamente ligado às perspectivas de que um suposto ajuste fiscal no governo Flávio implique em um ciclo de corte de juros sustentado, o que melhora a situação financeira dessas empresas, sobretudo.

“Temos capital estrangeiro entrando muito forte no mês, já são R\$ 14 bilhões. Tem a participação dos estrangeiros, tem aqueles que fizeram ‘stop loss’ compra

de ações no mercado à vista para cobrir posições vendidas em derivativos. O primeiro turno foi surpreendente e isso ainda é importante, e Flávio já vem fazendo algumas menções sobre plano de governo”, afirma o sócio fundador e gestor da Performance Invest, Daniel Guedine Serafini.

Ajuste fiscal

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a equipe economi-

ca de Flávio estuda um ajuste fiscal de R\$ 250 bilhões (2% do PIB), focado nas despesas obrigatórias. A ideia é desvincular os reajustes da Previdência e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) dos ganhos reais do salário mínimo, além de acabar com os pisos constitucionais para saúde e educação, com correção apenas pela inflação. Publicamente, o senador negou que vai mudar a forma de aumento dos dois itens.

Segundo o CEO da EqSeed, Igor Monteiro, nesse momento, é importante separar os movimentos pontuais da bolsa de valores ligado a commodities e a empresas específicas “do que parece ser uma mudança mais ampla na percepção sobre o Brasil”. “Se essa leitura doméstica se consolidar, o mercado pode continuar mostrando resiliência mesmo diante de um cenário externo menos favorável, embora a volatilidade deva permanecer elevada, especialmente enquanto petróleo e juros americanos continuarem pressionados”, diz.



Divulgação / B3

Operadores e analistas continuam pontuando que o “trade” eleitoral também justifica o avanço da Bolsa

Dólar tem leve alta e vai a R\$ 5,02

Moeda americana avançou 0,26% nesta sexta-feira, mas recuou 3,69% na semana

Estadão Conteúdo

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde desta quinta-feira, 8, o dólar à vista ganhou força na última hora de negócios e terminou o dia em leve alta, na contramão

da tendência de baixa da moeda norte-americana no exterior e do recuo das taxas dos Treasuries. Entre os pares do real, apenas o peso mexicano se depreciou, com perdas superiores a 1%.

Com máxima de R\$ 5,0269, o dólar à vista avançou 0,26%, a R\$ 5,0241 - acima do nível de R\$ 5,00 pelo segundo pregão consecutivo. A divisa ainda recua 3,69% na semana, fruto, sobretudo, do tombo de 4,21% na úl-

tima segunda-feira, auge da euforia com o resultado do primeiro turno da eleição presidencial. No ano, as perdas ainda são superiores a 8%.

Para o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, a taxa de câmbio passa por um período de acomodação, após o rali desencadeado pela queda dos prêmios de risco com a surpreendente dianteira do candidato Flávio Bolsonaro (PL) na corri-

da presidencial. A vitória da oposição é vista como fundamental, pelo mercado financeiro, para mudança na política fiscal a partir de 2027.

“Pode ter ocorrido um ajuste fino nas posições neste fim de pregão que levou o dólar a subir um pouco”, afirma Galhardo, ressaltando que a provável entrada de recursos nesta quinta para a bolsa e a renda fixa, com o megaleilão de prefixados realizado pelo Tesouro, não

resultou em apreciação do real. “Temos visto o importador aproveitando esse dólar a R\$ 5,00 para liquidar dívidas e pagar fornecedores, o que ajuda a equilibrar o câmbio”

Pela manhã, pesquisa PoderData/Aya mostrou o candidato do PL com 53% das intenções de voto, contra 47% do petista. A expectativa ficou sendo a sondagem do Datafolha, no período da noite, que colocou Flávio com 49% e Lula com 45%.

JUSTIÇA

Moraes determina emissão de mandado de prisão contra Eduardo

Ministro do STF mandou executar a condenação do ex-deputado a quatro anos e dois meses de prisão pelo crime de coação no curso do processo. Ele segue livre nos EUA

Reprodução / Redes Sociais

Agência Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira (8) a expedição de um mandado de prisão contra o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos.

A medida foi determinada após o ministro mandar executar a condenação de Eduardo a quatro anos e dois meses de prisão pelo crime de coação no curso do processo. A pena foi definida no processo que trata do tarifaço do governo de Donald Trump contra as exportações brasileiras.

Moraes também determinou o cancelamento dos passaportes do ex-parlamentar.

Na prática, Eduardo não deve cumprir a pena enquanto estiver no exterior. O ex-deputado é aliado de Trump, e um eventual pedido de extradição difícil-



O ex-deputado foi condenado por articular o tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação de seu pai, Jair Bolsonaro

mente será cumprido pelo governo norte-americano.

Ao determinar as medidas, Moraes decretou o trânsito em julgado da ação penal em que Eduardo foi condenado pelo STF, ou seja, o fim da possibilidade de apresentação de recursos.

No mês passado, a Primeira Turma do Supremo rejeitou o recurso protocolado pela Defensoria Pú-

blica da União (DPU) para anular a condenação.

O ex-deputado não apresentou defesa particular e foi defendido pelo órgão.

Em junho deste ano, o colegiado concordou com a acusação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e entendeu que há provas para concluir que o ex-deputado articulou o tarifaço dos Estados

Unidos contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da trama golpista.

Além disso, outras medidas, como a revogação dos vistos de ministros da Corte e do governo federal e a aplicação das sanções econômicas da Lei Magnitsky, também tiveram o mesmo objetivo, conforme

o entendimento da Corte.

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Abandono e perda do cargo

Em setembro deste ano, o Ministério da Justiça e Segurança Pública demitiu o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro do cargo de escrivão da Polícia Federal, por abandono de cargo.

A decisão, publicada na edição de 21 de setembro do Diário Oficial da União, tem como base processo administrativo disciplinar que concluiu pela ocorrência de faltas injustificadas por período superior a 30 dias consecutivos.

Segundo a portaria, a demissão teve por base a Lei nº 15.047, de 2024, que prevê a penalidade para casos de abandono de cargo.

Eduardo Bolsonaro integrava o quadro de pessoal da Polícia Federal e estava afastado da função para exercer mandato eletivo na Câmara dos Deputados.

Ex-deputado diz que decisão é arbitrária

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro classificou como “arbitrária, inoportuna e inócua” a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o início do cumprimento de sua pena de quatro anos e dois meses de prisão.

Em nota divulgada nesta quinta-feira, 8, Eduardo também vinculou a reação à disputa presidencial e afirmou que a eleição de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo

turno, com o novo Congresso, permitiria “restaurar a normalidade no Brasil”.

“Mesmo após o claro recado de basta dado pelas urnas, Alexandre de Moraes mais uma vez tumultua o País com uma decisão arbitrária, inoportuna e inócua”, afirmou Eduardo.

Ele também disse que os Estados Unidos “já deixaram claro que não cumprem decisões” dessa natureza. Eduardo vive atualmente foragido no país.

Segundo o ex-deputa-

do, o efeito prático da decisão seria “acirrar ainda mais, e sem nenhuma necessidade, os ânimos do País”. Na sequência, levou a reação para a eleição presidencial. “Felizmente, no próximo dia 25, o povo brasileiro dará o seu recado final elegendo Flávio Bolsonaro, que, com o novo Congresso, vai restaurar a normalidade no Brasil”, declarou.

O candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro, também criticou a decisão de Moraes. Em

sua live semanal no YouTube, Flávio afirmou que as pessoas “ainda estão esperando” que ele tenha uma “reação histriônica” e disse que Moraes tenta interferir no processo eleitoral.

“Alexandre de Moraes vai neste momento, no meio da eleição, achando que vai criar um factóide, determinando essa medida completamente inócua. Ele sabe que não vai dar em nada, porque o Eduardo está nos Estados Unidos, está exilado, está protegido

pela legislação americana. Ele faz isso apenas para mais uma vez tentar tumultuar”, declarou.

Segundo o presidencial, o povo já teria dado uma resposta ao ministro ao eleger maioria para a direita no Senado, casa responsável por analisar pedidos de impeachment contra integrantes do STF. “O brasileiro já deu a resposta ao Alexandre de Moraes nas urnas. E, não por acaso, chegamos a quase 50 senadores”, disse.

Zanin nega recurso de Eduardo Paes e Ruas deve ser eleito

Candidato ao governo do Rio havia apelado ao STF contra a decisão da Justiça Eleitoral, que anulou votos de Garotinho e abriu caminho para eleição de Douglas Ruas em 1º turno

Estadão Conteúdo

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou recurso de Eduardo Paes (PSD) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que anulou os 274 mil votos recebidos por Anthony Garotinho (Republicanos) no primeiro turno da eleição para o governo do Rio de Janeiro. A decisão foi proferida nesta quinta-feira, 8.

Zanin, alegou razões processuais para negar o pedido. Na sua avaliação, o Supremo não tem competência para analisar a ação porque ainda cabia recurso no próprio TSE. “Até o momento da propositura deste pedido efeito suspensivo, não foi interposto recurso extraordinário e, em consequência, não foi realizado o

exame de admissibilidade pela Presidência do TSE. Assim, não se encontra inaugurada a competência do Supremo para o exame do pedido de efeito suspensivo”, afirmou Zanin.

Conforme a Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, noticiou mais cedo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por 5 a 2, rejeitar a candidatura do ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo do Rio de Janeiro e anular os votos recebidos por ele no último domingo. A anulação encerra a eleição no primeiro turno em favor de Douglas Ruas (PL). A retotalização dos votos cabe ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ).

A coligação do candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD) resolveu recorrer ao STF sob o argumento de que a vontade manifestada pelos eleitores deve ser reconhecida.

Influência contra Paes

Para os defensores de Paes, a anulação de votos de Garotinho não produziria efeitos somente sobre o candidato. “Negar ao eleitor fluminense o segundo turno, sob fundamento de que os votos destinados ao candidato Anthony Garotinho devem ser descartados, é desprestigiar a vontade do povo do estado do Rio de Janeiro que, note-se, não elegeu Douglas Ruas no primeiro turno”, afirmaram.

De acordo com a decisão do TSE, caberá ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) realizar a recontagem dos votos para eleger Ruas. A medida deverá ser cumprida após o tribunal receber a comunicação formal do tribunal superior.

Com a nova contagem, Ruas passará a obter mais de 50% dos votos válidos, excluídos brancos e nulos, regra principal para que

um candidato seja declarado vencedor no primeiro turno.

Ruas obteve 4.271.199 votos, equivalentes a 49,27% dos votos válidos, e Eduardo Paes (PSD) conseguiu 3.706.984 votos

válidos (42,76%). Garotinho recebeu 274.411 votos (3,17%). O nome dele continuou na urna porque a decisão do TRE-RJ que o barrou foi tomada após o fechamento do sistema da urna eletrônica.

Víctor Piemonte / STF



Cristiano Zanin alegou que o Supremo não tem competência para analisar a ação porque ainda cabia recurso no próprio TSE

TSE adia julgamento sobre Deltan

Tribunal não agendou outra data para analisar a validade da candidatura ao Senado

Agência Brasil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou nesta quinta-feira (8) o julgamento sobre a validade do registro de candidatura Deltan Dallagnol (Novo) ao Senado pelo Paraná.

O adiamento atende a um pedido da defesa do ex-procurador da República. Uma nova data de jul-

gamento ainda deverá ser definida.

Deltan obteve 2.904.594 votos (25,14%) no primeiro turno das eleições, realizado no último domingo (4), e garantiu a segunda cadeira do estado no Senado.

Ex-procurador da Operação Lava Jato, o candidato foi alvo de ação protocolada pelo PT estadual para contestar sua elegibilidade para concorrer ao pleito.

Em 2023, Deltan teve o mandato de deputado federal cassado pelo TSE. Conforme a decisão, ele

pediu exoneração do cargo de procurador para evitar a perda do cargo e o enquadramento na Lei da Ficha Limpa.

O ex-procurador pediu exoneração do Ministério Público Federal (MPF) quando já havia sido condenado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) à pena de censura e de advertência e ainda tinha 15 procedimentos diversos em tramitação contra ele no órgão.

Pela legislação, são ilegíveis, pelo prazo de oito

anos, membros do Ministério Público que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração durante a tramitação de processo disciplinar.

Em setembro deste ano, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná reconheceu que Deltan está elegível e deferiu o registro de candidatura.

Em seguida, a coligação do PT recorreu ao ministro Floriano de Azevedo Marques, do TSE, que suspendeu a campanha de Deltan.

No último sábado (3),

Floriano determinou o indeferimento do registro de Deltan. Contudo, no dia seguinte, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, derrubou a decisão e liberou a candidatura.

O ministro argumentou que a colegialidade é a forma ordinária de manifestação do tribunal e que um único relator — no caso, o ministro Floriano de Azevedo Marques — não poderia proferir uma decisão definitiva sobre o mérito antes do julgamento pelo plenário do TSE.

INTERNACIONAL

Esposa de Nicolás Maduro pede prisão domiciliar, mas juiz nega

Cilia Flores alegou problemas cardíacos. No entanto, magistrado responsável pelo seu julgamento diz que ela está melhor do que quando foi presa durante invasão dos EUA

Reprodução

Estadão Conteúdo

Cilia Flores, esposa do ex-presidente venezuelano Nicolás Maduro deveria voltar ao tribunal nesta quinta-feira, 8, quando seus advogados pediram a um juiz que a liberte da prisão e determine sua permanência em prisão domiciliar devido a problemas cardíacos. No entanto, Alvin Hellerstein, juiz distrital dos Estados Unidos responsável pelo processo, negou o pedido.

“Seja como for, sua aparência hoje não está pior e talvez esteja até um pouco melhor do que quando a vi pela primeira vez na audiência de acusação”, argumentou o magistrado sobre a audiência de 5 de janeiro.

Maduro e sua esposa estão presos em Nova York desde o início de janeiro, quando forças americanas os capturaram em sua residência em Caracas durante uma operação realizada no



Advogados de Cilia Flores dizem que ela pode ter sofrido um pequeno ataque cardíaco em julho

meio da madrugada.

Ambos se declararam inocentes em um processo criminal aberto inicialmente há seis anos contra eles e diversos supostos outros conspiradores. Eles podem ser condenados à prisão perpétua caso sejam consi-

derados culpados de integrar uma conspiração para enviar cocaína aos Estados Unidos.

Seus advogados pediram que o processo seja arquivado sob o argumento de que os dois possuem imunidade por serem o líder

e a primeira-dama de um país estrangeiro.

Os advogados de Flores, de 69 anos, também argumentaram que ela sofre de problemas médicos que não podem ser tratados adequadamente na prisão e que, em vez disso, poderia ser autorizada a morar em uma residência em Nova York sob vigilância 24 horas por dia.

Eles afirmaram ainda que Flores sofreu cicatrizes permanentes ao ser “arremessada contra uma parede ou cômoda” durante a ação militar dos Estados Unidos que levou à sua captura.

Segundo seus advogados, Flores perdeu 11 quilos enquanto esteve detida no Metropolitan Detention Center, no Brooklyn, e foi informada de que talvez precise passar por uma cirurgia cardíaca. Eles disseram que ela também sofre de “episódios persistentes de sensação de desmaio, tontura e falta de ar” e pode ter sofrido um pequeno ataque cardíaco em julho.

Os promotores se opuseram ao pedido de liberdade sob fiança. Em uma ma-

nifestação apresentada ao tribunal, afirmaram que Flores representaria um “risco extremo de fuga e perigo para o público” caso fosse libertada. Também disseram que ela foi retirada da prisão para receber tratamento em um hospital local quando houve necessidade de atendimento médico.

Defesa da operação

O governo do presidente Donald Trump defendeu a operação para capturar Maduro como uma “operação cirúrgica de aplicação da lei”. Maduro se declarou prisioneiro de guerra e classificou sua captura como um sequestro.

Flores é acusada de participar de uma conspiração para importar cocaína junto com seu marido, Maduro, que ocupou a Presidência da Venezuela de 2013 até ser capturado por forças americanas em janeiro.

Os advogados de Flores afirmaram que ela não representa risco de fuga porque está “determinada a apoiar o marido com sua presença constante”.

Negociação entre EUA e Irã avança

Autoridades dos países dão sinais de que as conversas estão evoluindo para dar fim à guerra

Estadão Conteúdo

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyyed Abbas Araqchi, afirmou nesta quinta-feira, 8, através de seu canal oficial do Telegram, que o processo de negociação

com os Estados Unidos ainda está em andamento e as mensagens estão sendo trocadas por meio de mediadores.

“Apresentamos nosso plano, chamado Plano de Sete Dias, e ouvimos as opiniões dos americanos; estamos analisando-as e acredito que daremos uma resposta em alguns dias”, escreveu ele.

O presidente dos EUA, Donald Trump, rejeitou no fim de setembro a pro-

posta iraniana para reabrir o Estreito de Ormuz por sete dias. Uma fonte do Irã informou na quarta (7) o Al Hadath que há impasse nos esforços de mediação entre Washington e Teerã, pois os EUA dizem que não haverá progresso sem a limitação das capacidades nucleares do país persa.

Trump afirmou que está tendo “discussões produtivas” com o Irã e que não atacará Teerã an-

tes das eleições de meio de mandato, em 3 de novembro.

“Quero deixar claro para todos que, embora o Irã esteja em uma condição muito ruim, tanto econômica quanto militarmente, e enquanto o bloqueio permanecer em pleno vigor e efeito, com o petróleo fluindo em números recordes de barris através do Estreito de Ormuz (22 milhões de barris, apenas na noite pas-

sada, sem um único barril vindo de ou indo para o Irã!), não atacaremos o Irã a qualquer momento antes das eleições de meio de mandato”, escreveu o republicano na rede Truth. Ele reafirmou que o Irã não terá uma arma nuclear.

O processo de negociação entre os países está em andamento e as mensagens estão sendo trocadas por meio de mediadores.